

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,  
INICIADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO E CONTINUADA NO DIA 18 DE  
MARÇO DE 2003.** -----

----- **ACTA NÚMERO VINTE E SEIS** -----

----- No dia 18 de Março de 2003, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor António Modesto Fernandes Navarro, coadjuvado pelas Excelentíssimas Senhoras Dona Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho e Dona Maria Luísa Bulhões Silva Castelhana Sabino, respectivamente Primeira e Segunda Secretárias. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Maria Lopes Páscoa Baptista, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, António Augusto Pereira, António da Conceição Tavares, António Manuel Dias Baptista, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, António da Silva, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Deolinda Carvalho Machado, Domingos Alves Pires, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Feliciano Marques Martins da Cruz David, Fernando Luís Magalhães Silva, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco José da Silva Oliveira, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João Jofre da Fonseca Costa, Joaquim António de Oliveira, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim José Miranda Sarmento, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Cláudio Bacelar Gouveia, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Jorge Manuel Rocha Ferreira, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Afonso Possidónio, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Maria Valente, José Rui Roque, Luís Ângelo da Silva Campos, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Fernando Dias de Almeida, Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria da Graça Barata Niny Mexia, Maria Helena Carvalho dos Santos Oliveira Lopres, Martinho José Baptista, Nelson Pinto Antunes, Nuno Roque, Orlando Bento Antunes Claro, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Paulo Manuel Bernardes Moreira, Pedro Manuel Bastos Rodrigues Soares, Pedro Manuel Portugal Botelho Gaspar, Ramiro Nelson Cardoso Silva, Ricardo Posser de Andrade Chaves, Rodolfo José Caseiro, Rodrigo Maria Santos Mello Gonçalves, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pereira Caeiro, Sérgio Lipari Garcia Pinto, Susana Maria

Nunes Silvestre, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, António Manuel Pimenta Proa, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, João Gordo Martins, Manuel Filipe Correia de Araújo, José Dimas Bernardes Salsinha, Maria Augusta da Conceição Barata Marques de Oliveira, António Manuel Passos Rapoula, Pedro Miguel Alves Amaro, Eduardo Manuel Vieira Pereira Marques, Luís Jorge Teixeira Mendes Silva, Ventura da Costa Oliveira, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Sérgio Rui Lopes Cintra, Filipe António Ferreira Costa Carvalho, João Manuel Sousa Santos Reis. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Aníbal Jorge Dias, António Alfredo Delgado da Silva Preto, António Joaquim Costa Cunha, Carlos Filipe Marques Lima, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João de Deus Gomes Pires, Lourenço Ramos Bernardino, Maria de Lurdes de Jesus Pinheiro. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Saldanha Serra (PSD), por um dia, não tendo sido substituído. -----

----- Rui Gomes da Silva (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Correia de Araújo. -----

----- Francisco Silva Dias (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Eduardo Marques. -----

----- Nuno Baltazar Mendes (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Manuel Sousa Santos Reis. -----

----- Miguel Anacoreta Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Passos Rapoula. -----

----- Ferreira de Lemos (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Pedro Miguel Alves Amaro. -----

----- Isabel de Castro (PEV), por um dia, sendo substituído pelo Deputado Municipal João Gordo Martins. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Alberto Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Sérgio Rui Lopes Cintra. -----

----- Nuno Estorninho (PSD), Presidente da Junta de Freguesia do Alto do Pina, por Ventura da Costa Oliveira. -----

----- Artur Santos Madeira, (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de São Jorge de Arroios, por Filipe António Ferreira Costa Carvalho. -----

----- Rosa do Egipto (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, por Luís Jorge Teixeira Mendes Silva. -----

----- Irene Lopes (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina, por Maria Augusta da Conceição Barata Marques de Oliveira. -----

----- Justificaram faltas os seguintes Deputados Municipais: -----

----- João Henriques Pinheiro (PS), relativamente à presente reunião. -----

----- Carlos Lima (PCP), relativamente à presente reunião. -----

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente**, declarou aberta a reunião informando que era a segunda da Sessão Ordinária iniciada no dia 25 de Fevereiro, que não se realizara no passado dia 11 de Março, data para a qual estava inicialmente agendada, porquanto houve um corte de energia que impossibilitou a sua realização. -----

----- Sobre esse corte de energia, que como era óbvio não foi da responsabilidade da Assembleia nem da Câmara, disse que recebeu uma carta da EDP e pedir desculpa pelo sucedido. Na altura, cerca das 15:30 horas, estava reunida a Conferência de Líderes tendo-se então contactado a EDP que informou que só por volta das 16 horas conseguiria informar a origem da avaria, pelo que, por unanimidade, a Conferência deliberou marcar a reunião para hoje, dia 18. -----

----- Disse, ainda, que também na Conferência de Líderes tinha ficado assente que no início desta reunião seria apresentado um voto de pesar pelo falecimento do actor Camacho Costa, ele próprio tinha ficado encarregado de o redigir, estando esse voto de pesar subscrito pela Mesa e pelos líderes de todos os Grupos Municipais. -----

----- Passou então à leitura do voto de pesar, que tinha o seguinte teor: -----

----- VOTO DE PESAR -----

----- “Faleceu José Manuel Militão Camacho Costa. -----

----- Estava doente e sabia. Toda a gente sabia. Mas resistiu, trabalhou e deu-nos um enorme exemplo de amor, de inteligência e de coragem. -----

----- Natural de Odemira, onde nasceu em 8 de Junho de 1946, faleceu no dia 1 deste mês, em Lisboa, a cidade que o viu afirmar-se como grande actor, jornalista, professor, crítico de cinema, cronista e, sobretudo, como apaixonado pelo gosto de viver com os outros e pelos outros, no combate pela liberdade, pelos direitos cívicos, culturais e sociais e por um futuro mais digno e promissor para todos. -----

----- Aí está na nossa memória, na amizade e na gratidão que nos despertou para sempre. A sua esposa, Maria Ruas, a seus filhos, Manuel, João e Pedro, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 18 de Março de 2003, apresenta as mais sentidas e profundas condolências, ao lado do povo de Lisboa e do País, que o admirava e que chorou dolorosamente o seu desaparecimento. -----

----- Na homenagem que este inesquecível companheiro de jornada merece de Lisboa, a Assembleia Municipal recomenda que a Câmara Municipal possa estudar a atribuição do seu nome a um espaço cultural e teatral condigno e que fique também connosco na toponímia da cidade, para que melhor o guardemos na estima e na admiração por quem estará sempre presente nas nossas vidas como símbolo ímpar de grandeza intelectual e de cidadania exemplar.” -----

----- **O Senhor Presidente**, finda a leitura, submeteu à votação o voto de pesar tendo a Assembleia deliberado aprová-lo, por unanimidade. -----

----- Depois, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória do da referida personalidade. -----

----- Ainda antes de abrir o período da Ordem do Dia, o **Senhor Presidente** informou que, conforme decidido em Conferência de Líderes, seria agendado para a próxima

reunião o Relatório da Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto sobre a cessação de funções de 9 técnicos da Divisão de Apoio Juvenil, da Câmara, mais a Moção que tinha ficado pendente, apresentada pelo PCP. -----

----- Informou também que os espaços para os Grupos Municipais, no 3º andar das instalações da Assembleia Municipal, estariam, segundo informações que dispunham, prontos no final de Abril para serem ocupados. -----

#### CONTINUAÇÃO DA ORDEM DO DIA

#### PONTO 1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA C.M.L. ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, FEITA NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA E) DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.

----- Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita a que se refere o n.º 1, alínea e) do art.º 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, depois de apresentar os seus cumprimentos ao Sr. Presidente da Assembleia e renovar os votos de bom e eficaz exercício no desempenho das suas funções, disse que gostava de exprimir também o desejo de que em breve tivessem nas reuniões da Assembleia Vereadores da oposição. Habituará-se, no mandato anterior, a ver sempre presente nas reuniões da Assembleia Municipal, quer os Vereadores da maioria, quer os Vereadores da oposição, e com toda a franqueza gostava de dar informação dos trabalhos da Câmara na presença de uns e de outros. E como era sempre notada a ausência dos Vereadores da maioria quando não estavam, ou a sua nas poucas vezes em que não estava, também não podia deixar de fazer esta nota. -----

----- Sobre o trabalho desenvolvido pela Câmara, sem insistir muito em temas que já eram do conhecimento da Assembleia, disse que desde a última informação escrita a Câmara vinha dando particular atenção a um processo que merecera já a participação e a colaboração da Assembleia Municipal, concretamente a reestruturação orgânica, e também a Assembleia autorizara já o Município a adquirir o património necessário para instalação dos serviços, nomeadamente património em condições de utilização à altura das exigências do funcionamento actual dos serviços. -----

----- Mas não era um trabalho fácil! Pelo contrário, era um trabalho exigente a conciliação das novas unidades orgânicas, a adaptação de outras exigências decorrentes de comandos normativos, por exemplo a extinção dos antigos núcleos de contabilidade em cada um dos Departamentos, portanto a operacionalização desses serviços mesmo sem essas tesourarias ou núcleos de contabilidade anteriormente existentes, situação que foi ultrapassada e estava normalizada. -----

----- A adaptação dos serviços, realidades orgânicas, às novas designações, aos novos conteúdos funcionais, com opções complicadas que sabiam que eram, como a centralização dos processos de obras, dos aprovisionamentos, do atendimento, tudo

processos que estavam a decorrer com normalidade. Ainda na sexta-feira passada, com os responsáveis por todos os Departamentos, fizeram uma reunião, ao fim da tarde e princípio da noite, para se fazer a avaliação de todo o processo, ou seja, a relação dos novos serviços, novas funções e novos espaços. -----

----- Por exemplo, os serviços de Reabilitação Urbana e de Recuperação Urbana passaram a funcionar em conjunto, num espaço que diria ser mais compatível com a natureza das suas funções e com a prioridade que a Câmara atribuía às suas tarefas, no Palácio dos Machadinhos, tendo-se transferido daí os serviços que trabalhavam, e continuam a trabalhar, na área das actividades económicas e do acompanhamento dos mercados consumidores para outro tipo de instalações. -----

----- Enfim, era uma tarefa que estava em desenvolvimento e para a qual chamava a atenção porque era a primeira grande reestruturação do Município desde há tempo, e, por isso, era normal e natural que fizesse esta chamada de atenção. -----

----- Entretanto, como era sabido, foi também criada a zona de acesso condicionado no Bairro Alto, que até estava a correr melhor do que eles próprios poderiam esperar, embora com questões para resolver como em tudo que era humano. Estavam principalmente atentos às questões de segurança, e esperavam da parte da PSP o cumprimento dos acordos a que se vinculou com o Município na fiscalização daquele bairro, nomeadamente com a disponibilização dos efectivos de patrulha durante o dia e durante a noite. Durante a noite, as segundas, terças e quartas-feiras eram os dias de menor frequência da parte da juventude que costumava ir ao Bairro Alto, mas a Câmara, com toda a franqueza, esperava a colaboração devida por parte da PSP e do Governo Civil. Aliás, sobre essa matéria, teve oportunidade de falar sobre o assunto com a Sra. Governadora Civil a semana passada. -----

----- Mas, a esse propósito, tinha lido hoje algumas declarações de Presidentes de Junta sobre declarações que ele próprio havia feito ontem quanto ao condicionamento do trânsito em Alfama, e desejava esclarecer que aquilo que foi dito foi que o processo ia a reunião de Câmara e a intervenção iniciar-se-ia dentro de três semanas. Portanto não era que o condicionamento passava a entrar em vigor dentro de três semanas. Enfim, não sabia se consideravam o Bairro Alto *show-off* porque se dizia que neste caso era uma medida de *show-off*, mas não havia ali nenhuma medida de *show-off*! Eram medidas que iam ao encontro dos interesses dos cidadãos e, portanto, o que tinha dito era que dentro de três semanas começaria o processo de condicionamento, com a ida do contrato/programa com a EMEL antes disso, e depois com o início da intervenção com a participação das outras entidades envolvidas, homologas das que estiveram no processo do Bairro Alto. Neste caso de Alfama também as Juntas de Freguesia, a Brisa, forças policiais, portanto todas as entidades necessárias. -----

----- Esperavam, esse era um objectivo razoável para todos, ter o processo concluso – se tudo correr bem – antes da abertura das Festas da Cidade. Era desejável que assim acontecesse, era um prazo razoável, ver-se-ia se seria possível cumprir esse desiderato.-----

----- Seguidamente, disse que também já foram referidas em Assembleia Municipal as medidas tomadas no âmbito da gestão urbanística, do licenciamento e dos processos relacionados com aquele Departamento, no sentido do cumprimento da lei em termos de prazos do Código de Procedimento Administrativo, sobre as dezenas de milhar de processos que foram despachados e a execução do então estipulado, que estava a ser acompanhado com todo o cuidado, com toda a cautela e estava a correr mais ou menos sem percalços. Aliás, estavam a aplicar o protocolo em relação a outras entidades, pois quando não respondiam no prazo a Câmara considerava deferimento tácito e emitia as correspondentes licenças desde que a sua posição fosse favorável. ---

----- Mas havia questões, a que já fizera alusão em público, de posições de força no que respeitava a um acordo que tinha que existir entre as diferentes operadoras e a Câmara, que não podiam, nem pouco mais ou menos, subsistir. Tivera já ocasião de transmitir ao Primeiro-Ministro que era inaceitável a prerrogativa da Portugal Telecom não precisar de licenciamento urbanístico quando todos necessitavam, mas era uma situação com a qual a Câmara não iria condescender. Todos sabiam que hoje em dia, com os operadores privados que existiam, para além dos públicos, as intervenções nos espaços públicos, os chamados buracos, multiplicavam-se através de intervenções dos mais diferentes agentes. -----

----- No entanto, desejava sublinhar na execução no licenciamento urbanístico o modo como estava a decorrer aquilo que tinha ficado combinado e estipulado. Mesmo a EPAL e a EDP não estavam a fazer ligações, como se comprometeram e assinaram com a Câmara, sem ser passada a licença de utilização por parte dos serviços da Câmara, pelo que esperavam que essa congruência pudesse ter aplicação definitiva. ---

----- Mudando de assunto, disse que queria também fazer uma referência àquilo que esperava que fosse a breve entrada em funcionamento da Autoridade Metropolitana de Transportes. O decreto-lei estava pronto, estava a acabar a circulação a nível de gabinetes governamentais, iria a Conselho de Secretários de Estado e a Conselho de Ministros, pelo que esperava que dentro de poucas semanas fosse publicado. Diria até que já um pouco tarde, mas, enfim, esperaram todos tantos anos que mais uns dias não se importavam. Mas era uma entidade fundamental para poderem levar a cabo uma série de medidas que só com essa concertação seriam passíveis de terem verdadeira eficácia. -----

----- Passando à questão do Terreiro do Paço e da Baixa, disse que mais uma vez desejava sublinhar aquela que tem sido a atitude da Câmara em não contribuir para qualquer espécie de alarmismo em relação às chamadas consequências das obras do Metro naquela zona. Tiveram pressões de vários lados para não efectuarem visitas quando convidados pelo Conselho de Gerência do Metropolitano, mas fizeram as visitas sempre que foram solicitados, todos os acompanhamentos, quer ele próprio, quer o Vice-Presidente. Estava a ser feito, como foi anunciado, o trabalho de monitorização do solo e subsolo da Baixa Pombalina, a medição dos níveis friáticos, o estudo dos níveis de composição ou de qualidade da água que estava nesses sítios, portanto procuraram fazer um levantamento e um estudo em termos que não tinham

acontecido até agora para que tivessem a informação permanentemente disponível para saberem se algum motivo adicional de preocupação existia. -----

----- De quando em vez apareciam reportagens mais ou menos alarmistas sobre a Baixa, sobre o estado das respectivas fundações dos edificios, eram situações que a Câmara estava a acompanhar com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil e com as entidades competentes, o Vice-Presidente da Câmara vinha promovendo diversos protocolos, não meros textos, que estavam a ter aplicação prática para estudo dessas matérias, portanto havia pelo menos a tranquilidade da Autarquia, com a colaboração e a disponibilidade do Ministério das Obras Públicas – e mesmo que a não tivesse a Câmara acompanharia na mesma – para estar a acompanhar todos esses assuntos não havendo até agora nenhum motivo de alarme. Pelo contrário, as notícias que existiam sobre as obras do Metro, no Terreiro do Paço, eram boas em relação ao que existia no passado, portanto continuariam a esperar que as estações do Terreiro do Paço e de Santa Apolónia entrassem em funcionamento até ao final do corrente ano, nos termos previstos depois de todos esses trabalhos que tanto perturbaram aquelas zonas da cidade. -----

----- Aludindo ao trabalho na área social, nomeadamente à intervenção especial que a Câmara teve que desenvolver face à vaga de frio que assolara a cidade, com temperaturas pouco usuais, e a acção integrada que foi desenvolvida em relação à protecção dos sem-abrigo, disse que estava em desenvolvimento o processo de criação de novos centros de acolhimento para eles. A localização desses centros suscitava sempre preocupações das vizinhanças, mas a acção que foi desenvolvida teria continuação de ora em diante, em aprofundamento de uma política que já vinha sendo desenvolvida pelo Executivo que precedeu o actual. -----

----- Continuando, disse que gostava também chamar a atenção para os processos de realojamento que decorreram neste período, nomeadamente no Beco das Taipas e na Vila Teixeira, e a conclusão dos trabalhos e entrega de chaves a moradores do Castelo. -----

----- E a propósito do Castelo, disse que desejava também tocar num outro ponto. Não sabia se as declarações do Presidente da Junta correspondiam à realidade do que disse, em que teria manifestado preocupações a reportagens que leu num ou dois órgãos de comunicação social, quanto ao pagamento de entradas no Castelo de São Jorge em relação aos moradores da Freguesia do Castelo e suas famílias. -----

----- É que tinha lido, mas certamente seria engano porque já teve oportunidade de falar com o Presidente da Junta de Freguesia do Castelo sobre o assunto, portanto teria sido um erro de identificação, declarações supostamente do Presidente da Junta do Castelo a manifestar preocupação pelos fregueses da Freguesia do Castelo irem também pagar entradas. -----

----- Já estava dito e esclarecido que assim não seria. Estava dito que os residentes na Freguesia do Castelo não teriam que pagar entradas, isso foi dito publicamente e conversado com o Presidente da Junta numa das visitas que fez à Freguesia do Castelo, e porque as pessoas já tinham tantos motivos para preocupação não valia a pena estarem a suscitar outros que não existiam. A não ser que fosse para se

entreterem todos, mas da sua parte esses entretenimentos dispensava-os porque acarretavam preocupações às pessoas sem nenhuma justificação. -----

----- Estavam, aliás, a estudar – era a EGEAC que estava a fazê-lo – outros tipos de isenções, bilhetes especiais ou para famílias, pessoas com mais que alguma idade ou escolas, portanto situações normais que decorriam do mais elementar espírito de justiça social ou da mais elementar sensibilidade de cidadãos preocupados com a sua comunidade e conhecedores da natureza especial do sítio. -----

----- Agora, a criação da EGEAC, como da EBAHL na altura, teve esse facto como pressuposto! Não foi inventado pela actual Câmara! Essa empresa nascera tendo como base dois pressupostos: as receitas dum parque de estacionamento, que não foi feito, e o pagamento de entradas no Castelo de São Jorge que também nunca foi accionado. A única coisa que continuou a existir foi o passivo ou as despesas da empresa sem a concretização desses dois pressupostos de receita. Essa era uma razão, a outra era que lhes parecia razoável, natural, aceitável, que nomeadamente os turistas, e não os residentes, pagassem essa entrada a exemplo do que acontecia em museus e espaços equivalentes. E seria isso que iria acontecer. -----

----- Portanto, não valia a pena preocupar as pessoas, nomeadamente as pessoas reformadas que moravam no Castelo e que por ali passavam as suas tardes, porque a sua vida não mudaria e continuariam a poder fazer tudo na mesma. Não era muito humano que estivessem a preocupar as pessoas quando sabiam que não havia razão para elas se preocuparem. -----

----- Mas certamente teriam sido outros, obviamente, que não o Presidente da Junta que sabia que isso não se iria passar assim. -----

----- No plano das relações internacionais, disse que gostava de chamar a atenção para o que representara a Cimeira da UCCLA, na cidade da Praia, para o relançamento, nos termos do aprovado pela Assembleia Municipal e das alterações orçamentais aprovadas na Câmara, porque a UCCLA passara, como era sabido, para uma dotação orçamental que multiplicara em cerca de dez vezes aquela que era a dotação anterior, e estavam já em desenvolvimento, quer na Cidade da Praia, quer em Água Santa, quer no Maputo, quer na Ilha de Moçambique onde estava previsto um co-financiamento com as autoridades japonesas para a recuperação integral da ilha e não só da Fortaleza de São Cristóvão, quer da Rua dos Mercadores em Luanda, quer do saneamento na Cidade do Maputo, quer da Fortaleza do Cacheu, na Guiné-Bissau, entre várias outras intervenções protocoladas com as autoridades daqueles países, nomeadamente com os Presidentes de Câmara dessas cidades. -----

----- Por outro lado, desejava também assinalar o reforço da cooperação com Timor-Leste. Agora iam para lá alguns calceteiros para trabalharem a calçada do Monumento à Independência, e estavam a desenvolver o processo da construção da residência do Presidente da República, no antigo Palácio do Governador, e também da impressão do Boletim Municipal do Diário Oficial de Timor-Leste, num trabalho conjunto entre a Câmara e o Governo, disponibilizando a Câmara o equipamento necessário para esse efeito. -----



----- De igual modo, salientava também aquela que tem sido a preocupação da Câmara em estar nos locais e falar com as populações onde existiam problemas sensíveis, nomeadamente de relacionamento, quer com o Poder Local quer com o Poder Central. E, a esse propósito, dava como exemplo o caso do Bairro de Santa Cruz onde ele e o Vice-Presidente se deslocaram e fizeram as reuniões necessárias com o Ministério das Obras Públicas e com o Instituto das Estradas de Portugal de modo a assegurar que ali, na conclusão daquele troço, não ficasse afectada a qualidade de vida dos residentes do bairro, conseguindo, portanto, que não existisse o nó da Damaia, pelo menos nos termos em que estava concebido, e que fosse feito o devido rebaixamento da via. Aliás procuraram assegurar as mesmas cautelas em relação a Telheiras, por causa das acessibilidades ao novo estádio do Sporting Clube de Portugal. -----

----- Sublinhou, de seguida, o início do processo de intervenção e requalificação nos bairros municipais, principalmente nos arranjos exteriores, fazendo referência, nomeadamente, ao Bairro dos Lóios e, no Bairro de Chelas, à Praça Francisco Kil e várias outras zonas circundantes, nomeadamente com a repintura de alguns dos edifícios que estavam pintados em cores criadoras de *ghettos* cromáticos que podiam contribuir para *ghettos* traumáticos, dado que se pintavam prédios de outras pessoas com cores que provavelmente não gostariam de ver pintados os seus. Eram processos que decorreram, e estavam a decorrer, procurando marcar também o início de intervenção no arranjo de zonas verdes, portanto, processos de requalificação de espaços exteriores que se alargariam à generalidade dos bairros municipais. -----

----- Por outro lado, estava também em desenvolvimento o processo de alienação do património desses mesmos bairros municipais, mas, mais uma vez, desejava chamar a atenção para a situação dos registos e das escrituras na Câmara, para dizer que determinara alterações no funcionamento da Divisão de Notariado e um inquérito efectivo ao respectivo funcionamento, porque a Câmara tinha escrituras para fazer há décadas. Tinha lá uma ou duas de 1928, tinha outras da década de quarenta e tinha várias há oito, nove e dez anos. Por exemplo, havia várias situações em que o movimento cooperativo não conseguira levar a cabo os acordos com a Câmara porque as escrituras estavam por fazer há seis, sete, oito e nove anos, conforme transmitido pelo Presidente da Fenache! Portanto, eram situações equivalentes às que ocorriam no licenciamento urbanístico. As escrituras deveriam demorar, no máximo, 90 dias, mas demorarem noventa semanas, nove ou dez anos era algo de absolutamente incompreensível que pura e simplesmente não podia acontecer. -----

----- No entanto, eram situações em que estavam a trabalhar em ordem a assegurar a respectiva normalização. -----

----- Disse, ainda, que escreveram à Caixa dos Trabalhadores da Câmara Municipal para acabar com o contrato de comodato que existia em relação aos terrenos da Feira Popular. Reunira com os responsáveis da Fundação “O Século”, o Presidente da Direcção, o Presidente do Conselho de Decoradores, que era também o Presidente da Fundação Oriente, como com outros interessados, e também os representantes dos feirantes a quem dera conta das intenções da Câmara, de que este seria o último ano de funcionamento da Feira Popular naquele espaço. -----

----- A generalidade das pessoas vinha dizendo há muito tempo que não era próprio aquele tipo de parque de diversões naquele centro da cidade, esperava que não acontecesse como acontecera até à semana passada em relação ao Terreiro do Paço em que algumas pessoas começaram a ter pena dos Ministérios que de lá iam partir depois de nas últimas décadas ter havido um movimento unânime no sentido de que o Terreiro do Paço deveria ser entregue a outras funções mais ou serviço da comunidade e não só como símbolo do poder. Portanto, em relação à Feira Popular o período de funcionamento seria este ano um pouco mais curto, abriria no dia 11 de Abril e encerraria as suas portas em 31 de Agosto, se não tivesse que encerrar antes por força de decisões, sobre as quais todos teriam que se vir a pronunciar, que implicassem aquele espaço. -----

----- Como era sabido, os Ministérios teriam que ir para algum lado em Lisboa, eram opções que estavam em cima da mesa e que teriam que ser concertadas com outras decisões importantes para uma orientação estratégica da Cidade de Lisboa, nomeadamente em termos de usos dos diferentes espaços da cidade, portanto, aquela parcela de terreno da Feira Popular, que era propriedade da Câmara e que era muito importante, teria que entrar em linha de consideração. -----

----- Aliás, a propósito da Feira Popular, desejava esclarecer que existia um contrato com direitos de gestão do Estabelecimento Comercial da Feira Popular entregue à Colónia Balnear do Século. Às vezes havia alguma confusão sobre a natureza desses poderes, mas teve ocasião de estudar o assunto detalhadamente, e a Colónia Balnear do Século tinha, em relação à Colónia de São Pedro do Estoril e em relação ao Estabelecimento da Feira Popular, entregues poderes de gestão que cessavam quando o Estabelecimento cessasse a sua actividade. Aliás, estava escrito no decreto-lei que era a título gratuito e precário que eram entregues esses poderes de gestão. -----

----- Relativamente à questão do Parque Mayer, disse que foi assinado entre a EGEAC e a EPUL o contrato com o Arqtº Frank Gehry, que apresentará, dentro de três a quatro meses, a proposta, aquilo a que se chamava em Portugal o estudo prévio, relativa à intervenção no Parque Mayer, intervenção essa que, como era evidente, respeitava a toda a zona circundante. Por isso mesmo, tiveram oportunidade de convidar o Arqtº Fernandes Sá, que tinha sido encarregue pelo Dr. Jorge Sampaio de elaborar o plano de pormenor da Av. da Liberdade, que falara com a Câmara e se encontrara depois com o Arqtº Frank Gehry, e que era um contributo fundamental para o desenvolvimento dessa intervenção em todo esse espaço central da Cidade de Lisboa. -----

----- Referiu que o Arqtº Frank Gehry tem tido oportunidade de conversar com os técnicos de planeamento e arquitectos mais conhecedores daquele espaço, mas desejava manifestar o interesse e a disponibilidade da parte da Câmara para que ele se pudesse encontrar, para além do Executivo, também com os representantes dos Grupos Municipais para que todos pudessem conversar – e ele principalmente – e cada um pudesse transmitir as suas posições sobre essa matéria que, naturalmente, suscitava tão fortemente a atenção de todos. -----

----- Certamente na próxima visita dele a Lisboa seria útil que se promovesse essa reunião. Várias entidades o tinham procurado, incluindo a Ordem dos Arquitectos, cuja Bastonária o convidara para vir ao Congresso no final do ano, mas também responsáveis de outras instituições da área da arquitectura, das belas-artes, do *design*, etc., o tinham convidado para vir a congressos e outras realizações que este ano teriam lugar em Lisboa. Mas para integração essencial naquela que era a realidade da cidade, obviamente que eram indispensáveis as reuniões e as conversas os representantes dos Grupos Municipais com assento na Assembleia Municipal, independentemente dos pontos de vista que cada um tivesse. -----

----- Obviamente, não deixava de notar que havia ali realidades envolventes de facto fantásticas, parques de estacionamento privados com metros e metros quadrados imediatamente confinantes com a área do Parque Mayer, e em relação aos quais, naturalmente, a Câmara iria ter que intervir porque eram espaços importantes para o futuro dessa zona da cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra leu o seguinte documento: -----

----- “Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao prestar a esta Assembleia Municipal a sua informação periódica obrigatória, mais uma vez verificamos a insuficiência de dados. Apesar de ter sido aprovada na Assembleia uma recomendação nesse sentido, continua a não haver um índice nem sistematização da apresentação dos sectores e ainda por cima se apelida de “complementar”. -----

----- A ausência de apresentação da situação financeira é uma falta grave de incumprimento da lei. -----

----- Quanto à situação financeira o Executivo manda fazer estudos e auditorias mas apenas são conhecidos pela comunicação social. O Executivo deve apresentar a documentação e a análise para que esta Assembleia cumpra com legitimidade o seu papel fiscalizador. -----

----- Sr. Presidente, gostaríamos de ser informados quanto ao que esteve errado na elaboração das propostas de empréstimos, que agora foram chumbados pelo Tribunal de Contas. -----

----- Pelo que veio a público seria por inflacionamento dos custos previstos? Ou que outras razões foram invocadas? -----

----- Tivemos conhecimento pela comunicação social, e o Sr. Presidente também já hoje deu aqui essa informação, que a Câmara Municipal de Lisboa tem intenção de avançar com entradas pagas no Castelo de São Jorge. -----

----- Dado o impacte público de tal medida, que instâncias de decisão pretende o Sr. Presidente consultar? A Câmara Municipal e a Assembleia Municipal de Lisboa ou outra forma? Que tipo de pagamento está a pensar decidir? Já nos disse que os residentes não iriam pagar, mas qual é o âmbito de quem não vai pagar ou ficar isento, não o disse. Sendo o Castelo um miradouro, não vai igualmente exigir o seu pagamento noutros locais de idêntica utilidade? Não se trata apenas de implementar uma taxa injusta para os munícipes de Lisboa e mesmo a outros portugueses que gostariam de poder desfrutar deste *ex-libris* da cidade? Também aqui quer aplicar o

princípio de utilizador pagador para um direito desde sempre adquirido? É uma forma de ver completamente errada. -----

----- Quanto ao lançamento do concurso internacional para aquisição de Sistema de Comunicações de Emergência, perguntamos: que razões houve para esta opção sem que tivesse havido uma articulação com o projecto global em curso pelo Governo, sem prevenir a compatibilidade do Sistema? Inclusivamente sabemos que um dos concorrentes estranhou tal caso. -----

----- Também quanto às questões de segurança gostaríamos de saber, mais uma vez, que medidas estão a ser tomadas para o Funcionamento do Conselho Municipal de Segurança, da responsabilidade do Sr. Presidente, até porque neste momento o Senhor está a tomar medidas excepcionais com as forças de segurança, dada a grave insegurança internacional, sem que este importante órgão do Município, funcione e muitos problemas de segurança crescem na cidade. -----

----- Em contrapartida está para discussão nesta Assembleia uma suposta medida de participação democrática dos cidadãos, o chamado “Conselho Participativo”. -----

----- E que estudos de segurança são os referidos na página 15 sobre Escolas e Lares? -

----- O Sr. Presidente diz que a maioria com assento nesta Assembleia tem condicionado a iniciativa do Executivo. Essa é uma afirmação que não faz qualquer sentido. De forma ofensiva e mais uma vez desrespeitosa para com esta Assembleia o Sr. Presidente mostra-se acintoso, sobranceiro e até arrogante, quando apelida, com desfaçatez, de perniciosa esta Assembleia, na sua nota escrita. -----

----- A legitimidade democrática da Assembleia Municipal não pode ser posta em causa, nem aceitaremos críticas antidemocráticas. Como sabe, também fomos eleitos com os votos dos lisboetas, e nesse sentido temos legitimidade democrática, para discutir e quando for caso disso discordarmos das suas opiniões, isto é o que se chama convivência democrática, respeitar as posições de outros mesmo que não estejamos de acordo com elas. -----

----- O Senhor tem demonstrado que quando as propostas não são do seu acordo, mostra grande descontentamento e até atitudes antidemocráticas. O Senhor não sabe viver em democracia? É uma atitude inadmissível em quem tem pretensões à mais alta magistratura do País. -----

----- Afirma o Senhor que esta Assembleia condicionou a iniciativa do Executivo, em quê? Explique com rigor quais foram as deliberações que impediram o normal funcionamento da Câmara, que sinais são esses a que se refere? -----

----- Sr. Presidente, o que quer com tudo isto é esconder as suas próprias debilidades e o declínio do seu estado de graça, apesar das sondagens que encomenda. -----

----- Aliás, toda esta postura é bem patente no estilo autoritário que implementou na gestão da Câmara. -----

----- Não responde às solicitações e questões colocadas pelas freguesias, às solicitações das colectividades e da sua Associação recentemente criada. Que o digam também outras instituições de reconhecida utilidade pública tratadas com despejos coercivos pela Câmara como foi o caso da Associação dos Arquitectos Paisagistas e está na iminência os “Amigos de Lisboa”. -----

----- Também relativamente às colectividades foram contempladas com um milhão e cento e cinquenta mil euros, mas perguntamos: quais os critérios que estiveram subjacentes, quais as que receberam e quais as que não foram contempladas e porquê?

----- Sr. Presidente, diz agora que 2002 foi para arrumar a casa e 2003 é o ano de lançar as medidas e projectos para o mandato. O Senhor que durante mais de um ano de campanha eleitoral afirmava conhecer os problemas da cidade e que esta estava “parada”, o que andou a fazer durante um ano às suas prioridades imediatas: reabilitação urbana, prédios entaipados e degradados e os embargados e demolidos. Qual é afinal o ponto de situação e o resultado destas acções? -----

----- O caso do embargo da obra da Rua das Açucenas é exemplar. A Câmara como resultado desse embargo vai pagar ao empreiteiro uma elevada indemnização. E o caso da Vila Ferro e da Vila Amendoeira? Para quando e onde o realojamento dos moradores em falta? -----

----- Quanto às questões de habitação, quantos recursos houve ao RECRIA, REHABITA, RECRPH e SOLARH?-----

----- Ao que sabemos esta linha caiu no orçamento municipal, então como vem agora destacada tal acção? -----

----- E quanto às obras de “regime”, prioridades dos primeiros meses de mandato? -----

----- Que se saiba não foi a Assembleia Municipal que atrasou o processo do Túnel do Marquês. -----

----- A anulação do concurso público para o Túnel do Marquês, é a prova evidente que se tratou de um errado de cálculo dos seus custos, como aliás aqui afirmámos. -----

----- Como é que vai fazer um ajuste directo, quando todas as empresas apresentaram valores muito superiores, em verbas tão avultadas? -----

----- Será que algumas das empresas concorrentes ao concurso público, vão agora por ajuste directo apresentar verbas muito inferiores? -----

----- O ajuste directo em verba tão avultada é o processo mais transparente e isento? --

----- A Câmara avançou para o concurso e só *a posterior* solicitou os estudos de impacte ambiental à Universidade de Aveiro, o que denota precipitação, falta de planeamento e desconhecimento de problemas que irão surgir. -----

----- É obra que não apoiamos, mas o verdadeiro responsável pelo seu atraso é a própria incompetência da actual gestão. -----

----- E a reconstrução e revitalização do Parque Mayer, que prometeu estar pronta em 8 meses? E afinal é o erário público que vai pagar essa requalificação? E as contrapartidas dos proprietários? O jogo vai para onde? Monsanto, Feira Popular, Parque das Nações, agora o Parque Mayer já pode ser requalificado sem o jogo? É instalado em qualquer outra área da cidade? -----

----- Quanto à Reestruturação Orgânica da Câmara, tanto quanto sabemos apenas foram mudadas as pessoas, os locais de trabalho e as competências, o que tem prejudicado não só os munícipes e os seus problemas, e ainda o desenvolvimento da cidade e a capacidade da Câmara em dar resposta aos problemas em tempo útil. A realidade é de facto diferente daquela que falou aqui, a paralisação dos serviços é uma realidade, o que é grave para o funcionamento do Município. -----

----- O povo diz, e com sabedoria, que “a verdade vem sempre ao de cima, como o azeite”. E não é com livros “negros” ou “brancos” que vai esconder a realidade. -----

----- No final do anterior mandato, a Câmara publicou um livro que aqui já foi apelidado pelo Senhor de “tijolo”, o qual apresentou essencialmente em fotografias a obra realizada e que foi muita como sabe. É um registo que queremos salientar. -----

----- O seu livro é extemporâneo e só serve para argumentar o que não fez. E assim podemos considerá-lo como um livro vazio.” -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, depois de agradecer a forma como o Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação da informação escrita, disse que gostava de começar pelo comentário feito à presença dos Vereadores nesta reunião para dizer que esse comentário teria sido um recado interno para a própria equipa do Sr. Presidente da Câmara, porque quando começara a apresentação da informação só estavam presentes quatro dos seus Vereadores. Portanto, mais do que criticar a oposição estaria a criticar a ausência dos Vereadores da maioria. -----

----- Mas, passando por cima dessa questão, o que era importante era valorizar aquilo que faziam ali porque às vezes não havia essa noção. Por isso, entendia que a intervenção do Sr. Presidente da Câmara devia ser realçada porque manifestamente significava que estava a apreciar o trabalho que ali partilhavam, o que era óptimo para a Cidade de Lisboa. -----

----- Passando à informação, sobretudo à informação oral, disse que gostava de realçar que o Sr. Presidente da Câmara fizera uma belíssima apresentação, excluindo algumas conclusões, e era justamente sobre essas conclusões que tinha algumas dúvidas. -----

----- Desde logo, em relação à Feira Popular, porque o Sr. Presidente da Câmara apresentara a questão como algo que já estava decidido, algo que seria já um facto consumado. E como na Assembleia Municipal era a primeira vez que estavam a tratar do assunto, parecia-lhe que seria necessária uma informação algo mais substancial, designadamente uma informação escrita, um pequeno *dossier* sobre o assunto, porque se isso para a Câmara Municipal seria útil, para os Grupos Municipais seria ainda muitíssimo mais útil para saberem do que estavam a tratar. É que lhe pareceu, pela forma como o Sr. Presidente da Câmara falou do assunto, que estava perfeitamente seguro da sua decisão, inclusive que a Câmara já tinha decidido, já tinha tomado uma opção. -----

----- Isso era bom porque durante anos e anos todos foram dizendo que seria óptimo encontrar uma solução para aquele espaço, portanto não estavam a criticar que se tomassem decisões, pelo contrário gostavam que elas fossem tomadas. Só que gostavam também de estar a par dessas mesmas decisões, e, nesse sentido, o primeiro pedido que fazia, formalmente, era que o Sr. Presidente da Câmara fizesse chegar à Assembleia um *dossier* que tivesse sobre o assunto – e teria certamente – porque isso podê-los-ia habilitar a um próximo debate sobre essa matéria. -----

----- Uma outra conclusão tinha a ver com a pretensa unanimidade apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara relativamente à saída dos Ministérios da Praça do Comércio, questão em relação à qual julgava poder dizer que em tempo algum houve essa unanimidade. Acima de tudo o Sr. Presidente da Câmara estava a procurar utilizar

bem essa questão como uma forma de pressão para aquilo que todos sabiam, mas não podia nem devia utilizar essa forma de pressão fazendo crer que todos estavam de acordo sobre essa problemática, porque, na verdade, não estavam. -----

----- Esse era outro debate que a Assembleia Municipal devia fazer, promovido pelo Sr. Presidente da Câmara, pela Câmara, ou pela Assembleia Municipal, para saber o que o Município queria da Praça do Comércio. Essa era uma questão essencial porque todos falavam – e falavam muito – do problema que estavam a viver na Baixa. Falavam muito da desertificação e da necessidade duma requalificação, mas havia uma questão que era central: os órgãos do Município ainda não definiram, em conjunto, o que queriam para aquele centro da cidade. E havia uma matéria sobre a qual tinham muitas dúvidas que era, de ânimo leve, dizer: “vamos acabar com esta questão de historicamente aquele centro ser centro do Poder de Portugal, que tem que ser banido da Praça do Comércio”. Esta era uma história que achava que valia a pena discutir! -----

----- Certamente estariam todos de acordo que era importante requalificar aquela praça, que era importante que fossem capazes de dar vida àquela que, se calhar, era a praça mais bonita de Portugal. Agora, isso, se calhar, não era forçosamente incompatível com a coexistência de algum do Poder naquela zona. -----

----- Designadamente, parecia-lhe uma coisa bastante mais consensual, essa sim, a necessidade de desocupar os espaços térreos para aí se fazerem zonas de vivência, zonas que pudessem funcionar como âncoras, como um chamariz para utilização pelo povo daquela praça monumental. E havia muitas dúvidas, em termos teóricos, técnicos e políticos, que de um momento para o outro tirassem dali todos os Ministérios para fazer hotéis de charme. Todos sabiam da necessidade que Lisboa tinha de hotéis de charme, mas, se calhar, haveria outras zonas da cidade com mais qualificações para terem esse tipo de hotéis que propriamente a Praça do Comércio, designadamente pelos muitos problemas que todos sabiam que aquela zona tinha, sobretudo por uma matéria que também era altamente preocupante, e que igualmente deveria merecer a preocupação de todos a começar pela Câmara, que era a questão do subsolo daquela importantíssima praça. -----

----- Tudo isso estava relacionado, portanto esta era outra matéria que entendia que valia a pena fazer sobre ela um debate sério, e não se partir do facto consumado de que já tinham conclusões e, sobretudo, que já havia conclusões e na semana passada alguns teriam começado a mudar dessas mesmas conclusões unânimes. Não eram tão unânimes assim, bem pelo contrário era uma matéria onde havia imensas divergências, onde não havia, nem pouco mais ou menos, uma unanimidade na cidade. -----

----- Aliás, no que concerne ao Grupo Municipal do Partido Socialista, podia dizer que não eram nada favoráveis que de um momento para o outro, sem que houvesse um profundo debate sobre a matéria, se dissesse que amanhã deixariam de ter os Ministérios na Praça do Comércio porque elas fariam muito mais sentido em Carnide, em Chelas ou noutra zona da cidade. -----

----- Seguidamente, disse que outra questão que merecia a pena discutir, que o Sr. Presidente da Câmara também afluera, e bem, tinha a ver com a problemática da recuperação do Parque Mayer. O PS, desde a primeira hora, e também a Assembleia Municipal no seu conjunto, tinham estado sempre de acordo com esse grande desiderato, pois a Cidade de Lisboa necessitava de um Parque Mayer requalificado. Aí sim, havia uma unanimidade incontestável na cidade! O que não havia unanimidade era na forma de lá chegar, mas isso era uma outra questão que tinha a ver com divergências próprias, normais e naturais. -----

----- Por outro lado, outra matéria onde também havia grande acordo tinha a ver com a escolha que a Câmara fez do arquitecto, porque o Arqtº Frank Gehry era uma marca de garantia de que o trabalho ali feito seria um trabalho de grande qualidade. Mas foi uma surpresa terem lido na comunicação social que os honorários do arquitecto iriam ser pagos por duas empresas municipais! De facto, foi uma surpresa e não ficaria bem consigo próprio se não trouxesse esta matéria à colação. Felizmente o Sr. Presidente da Câmara também a trouxe, também os informou que assim iria ser, mas isso colocava uma outra questão. -----

----- É que no passado a anterior gestão foi muito criticada por utilizar as empresas municipais para fazer trabalhos para a Câmara, mas agora, felizmente, estavam a constatar, através da actual maioria, que, afinal, essa era uma boa prática. Não valia dizer que aquilo que a anterior gestão fizera no passado era mal feito para se fazer agora exactamente a mesma coisa! Afinal, tinham razão, essa era uma boa prática! Se calhar, ficaram hoje a perceber a razão porque a Câmara não extinguiu também a EBAHL, que sendo uma das empresas que estava com o destino marcado afinal acabara por não ser extinta. E não foi extinta porque a Câmara teria percebido que podia ser um instrumento útil, designadamente para fazer este tipo de contratos. -----

----- Disse que não falava da EPUL neste momento, falaria noutras alturas a propósito de outros contratos que também eram bem polémicos, mas, se calhar, importava perceber, numa outra onda, aquilo que também sobre a EPUL foi sendo dito no passado e agora o que ia sendo feito no presente. Realmente aquilo que se dizia era uma coisa e aquilo que se fazia era outra bem diferente, pelo que registaram, tomaram nota e, sobretudo, gostaram de ouvir. -----

----- Continuando, disse que havia uma preocupação que queriam transmitir ao Sr. Presidente da Câmara, que tinha a ver com o sentimento de crescente insegurança na Cidade de Lisboa. Há muito tempo vinham ouvindo a actual maioria muito segura sobre essa problemática, problemática que no passado, designadamente na anterior gestão, era erigida como uma bandeira, quase quotidianamente, mas agora para a actual maioria era um problema que não se colocava. Para o Partido Socialista, essa matéria foi um problema no passado e continuava a ser um problema hoje, pelo que alertavam o Sr. Presidente da Câmara para esse problema premente em todas as freguesias da cidade. -----

----- E, a propósito, desejava trazer à colação uma questão incómoda, que tinha a ver com o Conselho Municipal de Segurança, em relação ao qual queria perguntar ao Sr. Presidente da Câmara a quem, afinal, competia presidir a esse Conselho. -----



----- Essa pergunta, segundo disse, tinha a ver com uma polémica que surgira na comunicação social a propósito de uma resposta a uma entrevista do Presidente de Junta de Freguesia de Alcântara, resposta essa dada em nome do Presidente substituto desse Conselho Municipal. Tinha ficado muito surpreendido porque o Presidente da Câmara é o Presidente do Conselho Municipal de Segurança e a resposta tinha sido dada em nome da Sra. Vereadora, tanto mais que a resposta, politicamente, foi infeliz, incorrecta e inadequada, dando, podia dizer-se, completa razão às críticas que foram colocadas já que ao procurar desmentir mais não fazia do que confirmar. -----

----- Portanto, aquilo que gostava que o Sr. Presidente lhes dissesse era quem presidia ao Conselho Municipal de Segurança. Seria que o Sr. Presidente da Câmara, porque o Conselho já não estava a funcionar, já tinha deixado de o presidir? Seria que o Sr. Presidente da Câmara, não podendo daí tirar dividendos, já delegara a competência da presidência num outro Vereador? Era uma matéria que valia a pena discutir! -----

----- Por fim, disse que desejava que a Câmara informasse quando iria começar uma acção de tapa-buracos na cidade, porquanto era uma situação calamitosa. O Sr. Presidente da Câmara, que muito passeava pela cidade para ver *in situ* os problemas, certamente sabia do que estava a falar, porque, de facto, algumas zonas da cidade pareciam autênticas picadas. Recordou que há algum tempo foi-lhes respondido, na Assembleia, que não era o momento oportuno porque estava a chover muito e era dinheiro mal gasto estar a fazer acções de tapa-buracos, mas estavam quase no final de Março e a Cidade de Lisboa não aguentava muito mais tempo continuar com essa situação, situação que era terrível sobretudo para quem andava na cidade, diária e quotidianamente, e era lamentável que a Câmara, sobre essa matéria, não dissesse uma única palavra. -----

----- **O Deputado Municipal Manso Pinheiro (PEV)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Como o fizemos em todos os debates sobre a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, iniciamos este por uma vez mais solicitar que nas futuras informações incluam o respectivo índice. E este pedido é feito, não com o intuito maquiavélico de ocupar o executivo municipal e assim reduzir o seu nível de desempenho, mas com a certeza de que qualquer processador de texto o faz automaticamente não ocupando mais do que 30 segundo, no máximo. -----

----- Sublinho, porque é justo reconhecê-lo, que logo na segunda informação o Sr. Presidente contemplou uma outra recomendação no sentido de que a mesma fosse fotocopiada em frente e verso. -----

----- Passemos então a alguns comentários, observações e interrogações que o presente relatório suscitam (e não sobre a intervenção do Sr. Presidente, agora na Assembleia, sobre projectos para o futuro): -----

----- 1. Em primeiro lugar, referir que julgo que é justo que esta informação do Sr. Presidente inclua a referência à iniciativa do executivo de acusar a Assembleia Municipal de constituir um obstáculo ao seu desempenho. -----

----- E é justa a sua inclusão porque em boa verdade ela constituiu a acção de maior projecção e relevância nestes últimos 3 meses. Poderão alguns mais cépticos

questionar-se se tal não é classificador da quantidade e qualidade da actividade do executivo... -----

----- Mas a análise, com recurso aos métodos quantitativos, do desempenho da AM não parece, na minha modesta opinião, sustentar de nenhuma forma as afirmações do Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Do levantamento a partir das 18 actas da Assembleias disponíveis (excluindo a 19ª de homenagem ao Dr. João Amaral), podemos verificar que em 85 pontos da Ordem de Trabalhos: -----

----- - 19 pontos (22%) eram da competência ou iniciativa da própria Assembleia (eleição de representantes, debates específicos, etc.); -----

----- - 12 pontos (14,1%) foram retirados ou adiados por iniciativa ou concordância da Câmara Municipal; -----

----- - 5 pontos ( 5,8%) consistiam na informação escrita do Sr. Presidente; -----

----- - 49 pontos (57%) foram objecto de votação, dos quais: -----

----- - 30 aprovados por unanimidade (61,2%); -----

----- - 18 aprovados por maioria (36,7%) -----

----- - 1 rejeitado por unanimidade (2 %). -----

----- Face a este cenário temos que recorrer a uma análise qualitativa, mais fina, para tentar encontrar a razão que naturalmente assiste ao Sr. Presidente na sua mágoa face ao desempenho da Assembleia. -----

----- Por um lado, podemos verificar que em todas as sessões com pontos de agendamento de propostas do executivo houve alteração da ordem de trabalhos de acordo com o solicitado pela Câmara à excepção de duas. Este facto natural só merece referência para eliminar metodologicamente todas as possibilidades. -----

----- A análise da proposta rejeitada tem duas conclusões: -----

----- - A primeira é de que esta proposta não era uma proposta considerada pela própria Câmara estruturante do seu desempenho (não era o Orçamento ou o Plano, não era a proposta de reorganização dos serviços, não era a reorganização da estrutura empresarial, não era relativa à contracção de empréstimos, não era uma proposta sobre taxas ou derramas, não era sequer uma medida relativa ao futebol e ao Euro 2004 – que constituíram 10,2% das propostas apresentadas pelo executivo e sujeitas a votação – era uma proposta que “vivia de um subterfúgio” segundo intervenção da bancada do PSD e referência do Sr. Vice-Presidente; -----

----- - A segunda, é que a proposta foi chumbada por unanimidade na Assembleia Municipal, mas também pelos senhores vereadores do PSD com os pelouros do Planeamento e da Gestão Urbanística, pelo que parecia claro que a haver uma obstaculização, ela não resultava de uma maioria oposicionista na Assembleia Municipal, pelo que a solução de eleições antecipadas não parece ser o remédio para esta maleita. -----

----- Um episódio que fará as delícias de quem, daqui a uns anos, se dê ao trabalho de estudar o desempenho desta Assembleia Municipal será a da leitura de uma recente convocatória para a Assembleia que agendava um ponto com a nota de que tal seria condicionado naturalmente à aprovação em reunião de Câmara, sendo que esta

ocorreria no dia seguinte ao da própria Assembleia convocada. Todos sabemos que tal se devia ao conhecimento por parte da Assembleia de que a sessão se prolongaria para uma segunda reunião e aí já poderia ser apreciada e votada tal proposta. Mas este episódio ilustra, em complemento dos demais, a intencionalidade do órgão deliberativo. -----

----- E se mudanças parece ter havido nos procedimentos da Assembleia eles vão no sentido da redução e aligeiramento das exigências. Vem de imediato à memória que nenhum instrumento de Ordenamento do território era agendado sem prévia análise e parecer da respectiva Comissão de Urbanismo (a maioria das vezes com a presença do vereador e técnicos responsáveis). E todos os que aí participaram se lembram da crónica não aprovação do PP das Amoreiras. -----

----- Só nestas 18 sessões foram já aprovadas 3 alterações a Planos em vigor e posteriormente a isso tivemos o exemplo da alteração ao PUAL que implicou a alteração na própria sessão por a formulação da proposta não corresponder aos objectivos aprovados e definidos pela própria Câmara e que mereciam a concordância da Assembleia. Digo isto a propósito de contributos positivos da Assembleia para o desempenho da Câmara e o sucesso da cidade e da sua qualidade de vida. -----

----- Lembro até que o requerimento de que a proposta 166/2002 (relativa às alterações ao PDM para a área da Ameixoeira) baixasse à Comissão de Urbanismo foi rejeitado com os votos contra do PSD, PS e CDS-PP. -----

----- Como lembro o processo de acompanhamento e integração de alterações feitas pelos representantes da Assembleia para a posterior aprovação do PDM através de uma reunião nos Paços do Concelho, que definimos (Câmara e Assembleia) que só terminaria quando não houvesse mais dúvidas ou propostas de alteração, e permitiu só aí a introdução de mais de cem alterações ao Regulamento. Como é diferente da discussão dos procedimentos relativos à proposta de reorganização dos serviços deste mandato. -----

----- Excluídos estes sinais, variáveis ou parâmetros, resta recorrer a entrevistas e explicações conhecidas. E aí podemos encontrar o que se espera/julga ser o argumento: e este é dado através do exemplo da aprovação na Assembleia de uma Moção contra o túnel. -----

----- Tal suscita então vários comentários: -----

----- - O primeiro, diria eu, por ser particularmente sensível a essa matéria, é a da conclusão de que afinal o executivo (e aqui a referência à Câmara não se limita a este mandato), de repente deu conta de que a Assembleia Municipal aprova recomendações e moções. Recomendações e moções, a Assembleia tem aprovado às dezenas, talvez centenas. Só nestas 18 sessões analisadas, em oito PAODs (período em que se podem apresentar iniciativas próprias que não incidam sobre propostas da Câmara) apresentamos 6 Recomendações de iniciativas concretas e uma Moção. Também aqui parece não ser a oposição o problema porque só numa o PSD votou contra. Nenhuma foi concretizada ou dados sinais de intenção nesse sentido. Recomendações que não se percebe pudessem ser entendidas como feitas para prejudicar o executivo. -----

----- Mesmo quanto a intervenções de chamada de atenção e a solicitação de acções do Executivo para locais de elevada sinistralidade automóvel e de atropelamento, com apontamentos tomados e tudo, nada aconteceu a não ser a sucessão de acidentes nesses locais. -----

----- Não tendo pessoalmente vocação nem sensibilidade para o papel de fiscalização e acompanhamento de aspectos burocráticos (entendidos no sentido dos obviamente necessários procedimentos da desafecção do domínio público para privado de parcelas, e outros) entendo que a Assembleia tem também a função de alertar e sensibilizar o executivo, de propor, de dar a conhecer outras perspectivas e sensibilidades face aos problemas da cidade, etc. Discordo portanto da opinião dos que parece lerem as recomendações, não como propostas e sugestões sinceras, mas antes como críticas (eventualmente porque, admito, se se está a propor é porque existe um problema ou uma omissão e se são outros a propor poderia estar-se a revelar falta de criatividade do executivo! não sei, não tenho uma completa percepção de que possa orientar esta leitura); -----

----- Se o que para trás ficou dito revela, nesta matéria, no que divergimos o que a seguir direi releva do que nos une: o posicionamento dos eleitos individualmente considerados e dos órgãos enquanto entidades colectivas (que ninguém questionará nem questionou a sua legitimidade) são precisamente o que todos consideramos as virtudes do nosso sistema (não só local mas também nacional). -----

----- Não conheço aqui ninguém que defenda que a oposição deva abster-se de se pronunciar sobre qualquer matéria sempre que mesma não coincida com a opinião do mais votado. -----

----- A diversidade não é vital só para o meio ambiente, é-o também para a sociedade. -

----- Nem que houvesse eleições todos os dias, os eleitos resultantes de tal escolha conjuntural estariam imunes às diferenças de opinião e dispensados do contraditório. --

----- Na discussão na Comissão de Ambiente desta Assembleia para a preparação do debate sobre Ambiente a realizar no fim deste ano todos fomos unânimes em considerar que o objectivo não podia ser um debate sobre generalidades unânimes, mas antes uma escala maior que confronte opiniões e soluções. A convicção é a de que a pluralidade enriquecerá o debate, o desempenho dos órgãos municipais e a cidade. -----

----- Há, e houve mais, sociedades em que alguns entendem que a opinião é um problema, nós, todos, hoje e aqui, estamos absolutamente convencidos que é precisamente A VIRTUDE. -----

----- Por isso, também não será na aprovação de mil moções que se façam que estará o problema de Lisboa, nem a obstaculização ao desempenho do seu executivo. -----

----- Nós, por nós, Sr. Presidente, vamos continuar a apresentar propostas, recomendações, suscitar questões, solicitar a intervenção da Câmara para a resolução de um qualquer problema que conheçamos. A Assembleia é também um espaço de cidadania e participação. -----

----- Admito que seja muito mais fácil governar com uma maioria acrítica, mas é seguramente muito mais esclerosante e dá sempre muito piores resultados. -----

----- Não posso deixar de referir que esta iniciativa deixa naturalmente espaço para o que no cinema se designa por sequela. A parte dois deste episódio poderá estar disponível dentro de dois anos. Se os ventos não estiverem de feição poderá sempre dizer-se que bem se tinha alertado para a necessidade de ter substituído esta Assembleia e que só não se fez em nome do interesse da cidade para evitar paragens e atrasos no funcionamento da Câmara. Se assim for, teremos que, para além de voltar a dissecar ponto por ponto do desempenho e actividade desta Assembleia, relembrar o que o Prof. Marcelo Rebelo de Sousa referia serem duas características do discurso do Sr. Presidente: a vitimização e o alegado desinteresse pessoal no desempenho dos cargos políticos. -----

----- No que ao resto do relatório refere dar mais duas ou três notas: -----

----- Por um lado dizer que ele ainda continua à procura de uma identidade. Há pelouros que descarregam números com pouco sentido (aplicados 20m de lancil em 3 meses, não sei que diga!) e outros que definindo as políticas e as prioridades não se consignaram ao período a que respeita (ex. da cultura). Julgo que será no meio-termo que poderemos encontrar o relatório mais equilibrado. -----

----- Nada a dizer sobre os 144 pilaretes colocados (que espero continuem a respeitar uma recomendação no sentido de que tenham uma altura de pelo menos 70 cm considerando os perigos para o peão se assim não for. Ou sobre as 3 vistorias na rubrica “Conservação de habitação”. Desconhecia a realização da meia maratona de Lisboa no período em análise já que a da ponte Vasco da Gama foi em Setembro início de Outubro e a da ponte 25 de Abril foi no último Domingo, pelo que se pudesse concretizar melhor a que meia maratona se refere este relatório... -----

----- Não vou comentar a mobilidade quer por falta de tempo, quer por ainda recentemente termos abordado alguns aspectos com o Sr. Vice-Presidente na Comissão de Urbanismo onde se está a preparar um relatório. -----

----- Não vi nenhuma referência ao Ano Europeu da Pessoa com Deficiência. -----

----- Em relação à Gestão de Informação (pág. 25) gostaria de colocar três questões: --

----- Estão os serviços dotados de Internet? Este é hoje uma ferramenta de comunicação extremamente eficaz e célere que importa dotar os serviços; -----

----- Aprovamos há 2 anos nesta Assembleia uma recomendação por unanimidade para que ou no site do Município ou em site próprio houvesse um espaço da Assembleia, para divulgação de reunião, debates, de actas, documentos, etc. -----

----- Para quando a retoma da publicação sobre urbanismo suspensa e que julgo que constituía um importante instrumento de divulgação e sensibilização do sector e de definição do conceito de evolução da cidade. -----

----- Em relação à cultura (pág. 61) embora não se reporte especificamente ao período, julgo que é importante por sistematizar as prioridades do pelouro no último ano. E nesta perspectiva valeria a pena aprofundar alguns aspectos: -----

----- Por um lado nada é dito sobre a política editorial do município; -----

----- Qual o papel da cultura na política de complemento de formação dos munícipes, da promoção da qualidade de vida na cidade, na promoção da cidade e das suas actividades económicas e turismo; -----

----- A ausência de referências às festas de Lisboa – recorde que a remodelação das festas há 12 anos incluía para além de um conceito de fruição da cidade no seu todo (e não só no centro histórico) e visão de que as mesmas seriam mais uma das formas de promoção do turismo no exterior (juntamente com a moda Lisboa, a meia maratona e a passagem de ano); -----

----- Não há referências aos objectivos para novos equipamentos culturais e sua distribuição na cidade (excepto biblioteca municipal central e arquivo); -----

----- Fica a preocupação com a descentralização de actividades para as freguesias limite da cidade. -----

----- Para terminar num registo positivo, felicitar a Sra. Vereadora com a responsabilidade da gestão municipal, não só por me parecer ser o melhor relatório desta informação, mas sobretudo pelo trabalho de “limpeza” dos processos pendentes nesse pelouro. Iniciativa que, em minha opinião, merece total louvor formulando votos para que não se volte a verificar uma situação como a que existia. -----

----- Duas notas finais sobre a intervenção do Sr. Presidente: -----  
remeter para as respectivas discussões nesta Assembleia as nossas posições sobre a reorganização orgânica, o Bairro Alto, etc.; -----

----- Congratularmo-nos com a adopção, por parte do Sr. Presidente e deste executivo, da proposta e recomendação do Sr. Presidente da República no sentido de que o processo do Parque Mayer fosse debatido, participado e aprofundado. Congratulamo-nos que o Sr. Presidente tenha também entendido que tal não era uma obstaculização ao desempenho da Câmara mas antes um benefício para a cidade.” -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Soares (BE)**, no uso da palavra, começou por dizer que desejava partilhar com a Assembleia um pequeno exercício de abstracção: imaginando que o Sr. Presidente da Câmara e a maioria do Executivo tinham uma ideia para a cidade, se isso fosse verdade gostaria de saber, numa escala de zero a vinte ou de um a cem, qual seria o nível em que estaria neste momento o Executivo Municipal para conseguir alcançar os 100%, ou a nota vinte, no objectivo dessa ideia para a cidade. Concretamente, o que era que este Executivo tinha feito no sentido de conseguir alcançar essa ideia para a cidade. Se isso fosse dito, poderiam compreender qual a ideia geral que existia para Lisboa, porque essa era a principal preocupação. É que lhes parecia que a política do Executivo estava recheada de medidas casuísticas, desintegradas, que não conduziam a uma estratégia, a não ser, eventualmente, estratégias pessoais. -----

----- Era certo que podiam deixar de considerar que havia algumas medidas que encaravam com simpatia, consideravam-nas até positivas. Por exemplo, achavam que o Plano Municipal de Prevenção e Inclusão de Toxicodependentes e Sem-abrigo poderia ser uma boa medida, e gostariam de o acompanhar em pormenor para ver a forma da sua realização, como também a monitorização do solo e do subsolo, pensavam que eram aspectos positivos. E poderia falar de mais um ou outro caso!-----

----- Mas também tinham muitos casos negativos. Por exemplo, qual era a situação do Arquivo Municipal? Era uma situação que se arrastava do Executivo anterior, era

verdade, mas que se tinha vindo a agravar neste Executivo e que não viam qualquer medida tomada. -----

----- Poderiam falar também das preocupações que hoje vieram a público sobre uma sondagem mandada fazer, segundo a comunicação social pela própria Câmara Municipal, de que os munícipes de Lisboa continuavam a considerar a insegurança, o congestionamento do trânsito e a falta de estacionamento como questões de maior preocupação para o Município. E que medidas concretas foram tomadas em relação a estas preocupações? Viam que todas elas eram medidas casuísticas que vinham precisamente perturbar ainda mais o problema, nomeadamente do congestionamento do trânsito e da falta de estacionamento. -----

----- E não podia deixar de referir que ainda bem que o Arqtº Frank Gehry vinha abrir a mente da maioria do Executivo para uma questão que possivelmente só uma votação maioritária da população de Lisboa, em referendo, contra aquilo que se pretendia fazer no Parque Mayer, poderia resolver a questão integrado-a no conjunto mais geral da Cidade de Lisboa, nomeadamente da Av. da Liberdade e das áreas envolventes. -----

----- No entender do Bloco de Esquerda, talvez não fosse má ideia contratar um arquitecto do mesmo calibre para que o Sr. Presidente da Câmara e a maioria do Executivo pensassem, finalmente, o que iria ser o túnel das Amoreiras. É que, de facto, encaravam com enorme preocupação a obsessão que parecia existir em relação a esta questão. -----

----- Mas, sinceramente, era com alguma dificuldade que falava de todas estas matérias que diziam estritamente respeito à Cidade de Lisboa, à Assembleia Municipal, à Autarquia, quando havia um outro problema que os preocupa, um problema universal e sobre o qual também seria bom que a cidade desse um sinal. -----

----- Efectivamente, não podia deixar de referir que seria muito importante que o Executivo, tal como a Assembleia já o fizera, desse um sinal de que pelo menos existia uma ideia para a cidade, porque queriam que fosse uma cidade de paz. Era preciso que o Executivo, ao contrário do que o Sr. Presidente da Câmara tinha vindo a fazer em intervenções públicas anteriores, dissesse claramente que Lisboa era uma cidade de paz, uma cidade que não queria ficar atrelada ao carro de guerra do Sr. Bush! Era preciso que isso ficasse *urbi et orbi* claro para todos os cidadãos do País, da cidade e do mundo. -----

----- Terminou dizendo que desafiava o Sr. Presidente da Câmara a colocar faixas brancas em todos os edificios municipais, mostrando claramente que Lisboa era uma cidade de paz, que estava contra a guerra, que estava contra a violação do Direito Internacional e que estavam contra esse verdadeiro ataque à Organização das Nações Unidas e ao Direito Internacional. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra, depois de apresentar ao Sr. Presidente da Assembleia votos de felicidade na condução dos trabalhos, o que só o fazia agora devido à sua ausência no dia da sua eleição, disse que pretendia referir algumas notas sobre intervenções feitas relativamente à informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, desde logo para confessar que tinha ficado um pouco perplexo com a intervenção do Deputado Municipal Martinho Baptista, do

PCP, que referira a necessidade da colocação dum índice na informação escrita, esquecendo-se completamente daquilo que acontecia no passado. -----

----- É que pela primeira vez tiveram uma nota do Presidente da Câmara dirigida especialmente aos Deputados Municipais onde fazia um resumo, onde havia um tratamento da matéria, ao contrário do que se passava no mandato anterior, que era uma elencagem exaustivíssima de medidas avulsas, da rua da esquerda, da rua da direita, do número ímpar ou do número par, que várias vezes ali foi criticada porque era uma descrição avulsa, sem qualquer tratamento sistemático, quando agora tinham esse tratamento. Portanto, quando havia tratamento era porque não havia informação exaustiva, quando havia informação exaustiva era porque devia haver tratamento! Convinha que se entendessem quanto a essa matéria. -----

----- Referiu que o PSD preferia que houvesse algum tratamento racional da matéria em vez de lhes darem “palha” para enfardarem e fazerem o papel de burros, como se fazia no passado. Nesse aspecto, dava os parabéns ao Executivo, à excepção do índice, talvez o índice fosse então um ponto fundamental para que os Deputados Municipais se guiassem no texto. Diria que chegavam lá por descrição das páginas, mas dava de barato essa questão. -----

----- Em relação à intervenção do Deputado Municipal Manso Pinheiro, disse que fez uma boa elencagem de percentagens e um esforço louvável de elencar algumas das questões, mas podia também ter aditado, em termos percentuais, as presenças do Sr. Presidente da Câmara nas Sessões Plenárias da Assembleia Municipal. Foi um pormenor que lhe falhou mas que se calhar tinha dado alguma importância ao tratamento da matéria. -----

----- Aliás, estava presente o Sr. Vereador Vasco Franco, que na altura tinha que fazer as apresentações da informação escrita, embora só de metade era certo porque a outra metade era feita pelo Sr. Vereador António Abreu já que havia aquelas “Tordesilhas” de ser metade dum lado e metade do outro, e então separavam-se os Pelouros, quem cabia ao PS e quem cabia ao PCP e era separação exacta, com um mandato bem restrito em relação àquilo que era preciso ser dito em Plenário. -----

----- Disse, ainda, que o Deputado Municipal Pedro Soares falou de uma escala de avaliação, com um sentido profissional de quem fazia avaliação escolar. Mas aí era importante também, quando se colocava o problema da escala de zero vinte ou de zero a cem, que se introduzisse uma variável, ou seja, que se visse um quarto da escala, porque estavam a falar de um mandato a quatro anos e não só de um ano, pelo que tinha que se fazer a compensação a um quarto dessa mesma escala, o que reduzia para cinco, ou 25%. Era apenas um pequeno pormenor de apreciação, mas assim seria mais rigoroso. -----

----- A concluir, disse que havia a questão do impacte ambiental, matéria sobejamente importante, que o Executivo tratou a propósito do túnel das Amoreiras. Tinha a ideia que não seria exactamente obrigatória nesses termos, mas seria por outra via procedimental. Mas também se lembrava que se calhar no Elevador do Castelo era necessário o impacte ambiental e o impacte paisagístico e não foram feitos! Era também um pormenor de coerência que não ficava mal vir à colação. -----



----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra, começou por dizer que a 21 de Janeiro a Assembleia reunira para fazer um conjunto de perguntas sobre matérias relativas às freguesias e, para além das duas questões formuladas na altura pelo Grupo Municipal do PCP, formularam também um conjunto de questões que foram transformadas em requerimento, continuando-se ainda hoje, passados dois meses, a aguardar que o Executivo camarário desse resposta a essas questões. -----

----- Depois, para provar como estava o relacionamento do Executivo camarário com as Juntas de Freguesia, disse que na página 81, por exemplo, falava-se na apresentação, em conferência de imprensa, à comunicação social do Projecto Desportivo, e certo era que se fez essa apresentação à comunicação social mas até hoje não se fez qualquer apresentação ou discussão com os Presidentes de Juntas sobre esse Projecto Desportivo. Depois de uma recomendação aprovada em Assembleia Municipal foi enviado para as Juntas, por correio, mas até hoje parecia que as Juntas de Freguesia não eram importantes nessa matéria. -----

----- Por outro lado, na página 70, referia-se “... e por acordos firmados com as Juntas de Freguesia continuou a desenvolver-se o processo de implementação de postos de atendimento ao público, nas Juntas de Freguesia, relativos a processos de licenciamento, os quais serão assegurados por pessoal técnico afecto aos serviços municipais competentes”. Desconhecia se nalguma Junta de Freguesia isso já estava a funcionar, mas porque fazia parte da informação escrita pedia que fosse dada informação sobre a matéria. -----

----- Relativamente às transferências de verbas para as Juntas, disse que em 2002 houve atraso já que a transferência foi feita em Julho. Era um novo Executivo, um novo Orçamento, enfim! Mas em 2003, qual era a desculpa? É que estavam no final do primeiro trimestre e as Juntas de Freguesia continuavam a aguardar, apesar de terem recebido uma informação, assinada pelo Sr. Presidente da Câmara, de que as transferências para as Juntas se fariam até 15 de Março e já passou o dia 15 de Março e as Juntas, que entretanto não tiveram qualquer informação, continuavam a assegurar todo o trabalho que estava inscrito nos protocolos. -----

----- Sobre o livro editado pela Câmara, disse que era mais uma prova da importância dada às Juntas de Freguesia. Por exemplo, na última página fazia-se referência à ligação dos esgotos em Alfama, à cedência de espaços para as sedes das associações, ao início de operações de limpeza, mas havia uma coisa que parecia não ser importante para o Sr. Presidente da Câmara: é que em Junho foram assinados protocolos de descentralização de competências com as 53 Juntas de Freguesia. Seria que isso não era importante para a Câmara? É que não aparecia referenciado como trabalho em 2002! -----

----- Por fim, pediu ao Sr. Presidente da Câmara que sensibiliza-se os seus serviços, o seu Gabinete e os seus Vereadores para o papel que as Juntas de Freguesia desenvolviam na cidade, para que não acontecesse episódios como aquele que aconteceu na inauguração do parque de estacionamento da Quinta da Luz, em que já pedira desculpa à Junta de Freguesia por não ter sido convidada, adiantando que tinha

sido um problema dos seus serviços. Portanto, pedia-lhe que apelasse aos seus serviços para que dessem mais importância ao papel das Juntas, porque elas desempenhavam um papel fundamental na cidade, que era preciso respeitar e dignificar. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, começou por dizer que queria louvar e agradecer, como membro de pleno direito da Assembleia Municipal, a forma correcta, extensiva e inteligente como o Sr. Presidente da Câmara ali fizera a apresentação da informação escrita, porque era uma diferença abissal, quer quisessem quer não, daquilo a que estavam habituados no passado. De facto, a forma como o Sr. Presidente da Câmara ali apresentara as políticas, as perspectivas, as dificuldades e a própria necessidade de diálogo com as outras forças políticas dos órgãos da Autarquia, era manifestamente um exemplo que todos os Deputados Municipais, independentemente da sua ideologia, teriam que agradecer e louvar. -----

----- Depois, disse que basicamente pretendia aludir às intervenções feitas pelos Deputados Municipais Martinho Baptista e Dias Baptista, e começando pelo que referiu o Deputado Municipal Martinho Baptista sobre as entradas pagas no Castelo de São Jorge, tinha a dizer que, na sua opinião, era uma ideia genial. -----

----- Quando ele próprio era Vereador responsável pelo Pelouro do Turismo, nos longínquos anos oitenta, já defendia isso por várias razões. Primeiro porque era um monumento notável da cidade, que à semelhança de qualquer outro monumento do mundo que era pago também ele deveria ser pago; segundo, porque essas entradas iriam valorizar grandemente o Castelo, desde logo em questões de segurança porque, segundo algumas notícias, não era exemplar nessa matéria; e, terceiro, porque os meios libertos poderiam valorizar a própria oferta que o Castelo de São Jorge representava através de diaporamas e de alguma forma de animação que se pudesse vir a considerar. -----

----- A única recomendação que fazia à Câmara era que sendo o Castelo de São Jorge visitado por todos os turistas que vinham a Lisboa, e visitado normalmente em passeios organizados por vários operadores de turismo que naturalmente tinham um preço estipulado, seria importante que o Sr. Vereador responsável pelo Pelouro do Turismo fizesse uma informação atempada a essas operadoras por forma a que elas pudessem fazer reverter nos seus custos de operação exactamente aquilo que seria o preço das entradas no Castelo de São Jorge. -----

----- Era a única recomendação que fazia e louvava, sinceramente, a Câmara Municipal, o Sr. Presidente e o Sr. Vereador por terem essa iniciativa. -----

----- Ainda sobre a intervenção do Deputado Municipal Martinho Baptista, disse que se viu que ela era uma informação encomendada na medida em que foram repetidos *slogans* e atitudes em que o PCP era useiro e vezeiro. Sobretudo depois da forma aberta, simples e inteligente como o Sr. Presidente da Câmara fizera a sua intervenção, parecia-lhe que a intervenção do aludido Deputado Municipal foi completamente descabida, nomeadamente a forma agressiva que com que interveio. De facto, referir atitudes antidemocráticas, vindo de quem vinha, que defendia coisas como aquela da democracia coreana, era lamentável que ali falasse em democracia. ----

----- Quanto ao problema das colectividades, disse que no mandato anterior o Pelouro do Desporto estava entregue a uma Vereadora do PCP e recordava-se da discriminação que se fazia daquelas colectividades que não eram mais ou menos afinadas com o PCP. Ele próprio era Presidente da Assembleia-Geral duma dessas colectividades que sentira na pele o facto dele ter esse cargo. -----

----- Sobre a intervenção do Deputado Municipal Dias Baptista, disse que ela foi muito mais calma, muito mais razoável, por isso muito mais lógica, e que revelava ali uma coisa fantástica: é que quem ouvia o Deputado Municipal Martinho Baptista e quem ouvia o Deputado Municipal Dias Baptista questionava-se como teria sido possível que dois partidos tão diferentes – agora parecia que estavam outra vez a unir-se – estivessem tão coligados durante um período grande e, na sua opinião, com efeitos tão nefastos para a Cidade de Lisboa. -----

----- No tocante à questão dos Ministérios, disse que andaram durante anos e anos, mais de dez, a lutar para que o Poder saísse do Terreiro do Paço e aquele espaço fosse animado, fosse alegrado, fosse vivido, para com ele, e através dele, também se vivesse o espaço adjacente, a Baixa, zona que estava abandonada e com problemas de segurança de toda a espécie, nomeadamente incêndios como aconteceu no Chiado. Portanto, essa foi sempre uma luta, mas uma luta que nunca se conseguiu vencer. -----

----- Agora, porém, graças à influência e à capacidade do actual Presidente da Câmara, parecia que, finalmente, estavam em vias de resolver o problema. Era óbvio que o Presidente da Câmara, ou a Câmara em si mesma, não iria, de repente, criar um vazio e encher com uma coisa qualquer. Evidentemente teria que ser um processo lento, um processo que teria que ser discutido, um processo que iria ter intervenção de todos os órgãos, pois, naturalmente iria ser discutido na Câmara e na Assembleia. -----

----- Portanto, era de se congratular – e pensava que o Deputado Municipal Dias Baptista também se congratulava – com essa vontade firme de devolver o Terreiro do Paço ao usufruto dos cidadãos de Lisboa. -----

----- A terminar, disse que o Deputado Municipal Pedro Soares, com alguma ingenuidade dada a sua pouca experiência neste tipo de órgãos, levantara vários problemas e queria falar no Iraque. Estava mesmo “mortinho” para falar no Iraque e não sabia como! E então, não sendo este o período de Antes da Ordem do Dia, lembrara-se de uma coisa: “era preciso ter um conceito de cidade, a Câmara devia ter um conceito de cidade”. E não havia outro conceito de cidade para o Bloco de Esquerda que não fossem os panos brancos a cair dos prédios. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)**, no uso da palavra, começou por, numa primeira nota, referir uma ausência da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara. É que há cerca de um ano, pela voz do Sr. Vice-Presidente da Câmara, na comunicação social e também na Assembleia Municipal, foi anunciada a conclusão da ligação da Rotunda das Olaias à Praça Paiva Couceiro para o dia 1 de Março de 2003. Na altura desafiara-o até para uma aposta dizendo que com certeza havia uma informação errada, já que nunca na vida essa obra estaria concluída no início de Março, face ao estado em que essa obra então se encontrava. -----

----- Portanto, pretendia registar que a obra não estava concluída, estava até muito longe de o estar, mas era pena que tivesse havido tanta ligeireza e tanta pressa em anunciar a sua conclusão com base em informações eventualmente erradas prestadas pelo empreiteiro, e não surgisse agora uma explicação e também uma nova calendarização da obra. -----

----- Uma segunda nota, que também preocupava a bancada do Partido Socialista, tinha a ver com o concurso que foi lançado pela Câmara Municipal de Lisboa para um sistema de comunicações de emergência integrado, para o Serviço Municipal de Protecção Civil, para a Polícia Municipal e para o Regimento de Sapadores Bombeiros. Era uma iniciativa que saudavam porque não podiam continuar com as comunicações no estado em que se encontravam, existiam também novas tecnologias que deviam ser aproveitadas porque permitiriam grande melhoria na eficácia operacional dos serviços, algumas ideias, de que até falaram no passado, de abrir concursos para tecnologias analógicas, seria um erro e, portanto, foi uma boa medida a abertura desse concurso e uma boa medida de gestão racional dos dinheiros da Câmara e de eficácia operacional, que o concurso fosse integrado para estes três serviços. -----

----- Só que essa boa medida transformara-se num episódio com alguns laivos de incredibilidade, até rocambolescos, porque o caderno de encargos foi mal feito, tinha erros que induziam a uma tecnologia específica. E induzindo a uma tecnologia com as características técnicas, estariam a colocar em causa a liberdade de concorrência. -----

----- Tinha a certeza absoluta que a culpa não era do Sr. Presidente da Câmara, não era eventualmente também da Vereadora que tinha essa competência delegada e que acompanhara o concurso. O que eventualmente teria acontecido foi que os técnicos que elaboraram o caderno de encargos, ou os consultores que escolheram, não estariam abalizados para a tarefa. Quando existiam decisões internacionais que referiam o uso de várias tecnologias, neste caso duas: a tecnologia Tetra e tecnologia Tetrapol, para essas matérias de segurança, e também decisões do Grupo Shengen incorporadas na União Europeia. -----

----- Quanto a si, era louvável a preocupação da Câmara e por isso não a responsabilizava directamente, a não ser por omissão o Sr. Presidente da Câmara e a Sra. Vereadora, por não assumirem, explicitamente, a preferência por uma tecnologia. Era certo e de acordo com as normas internacionais, mas depois os consultores técnicos que fizeram as especificações técnicas impuseram três ou quatro características técnicas que apenas e só permitiam que os fornecedores de uma tecnologia concorressem, o que foi um erro! -----

----- De facto, quando a questão foi levantada e a Câmara não soube ou não pôde dar respostas aos esclarecimentos colocados pelas empresas, toda a gente esperava que o concurso fosse alvo de uma alteração ao nível das especificações do caderno de encargos mas, pasme-se, o que aconteceu – e isso sim já era eventualmente da responsabilidade do júri e da responsabilidade política da Câmara – deixaram-se as empresas entregar propostas quando estavam até à espera dessa alteração ao caderno de encargos, após ter sido prorrogado o prazo por um mês dois ou três dias antes da

entrega, e depois suspendeu-se no acto de abertura das propostas, o que era uma coisa inaudita, porque, se queriam suspender, suspendiam antes da entrega das propostas. ---  
----- Terminou dizendo que leu na comunicação social que o Sr. Presidente da Câmara tinha determinado a abertura de um inquérito sobre a eventual incompetência que existira por parte dos consultores ou dos serviços técnicos da Câmara na elaboração desse caderno de encargos, pelo que queria saber se existiam ou não conclusões e se a Câmara assumia as responsabilidades desse erro. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Gonçalves (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, no uso da palavra, depois de felicitar o Sr. Presidente da Assembleia pela sua eleição e lhe desejar um bom desempenho nas suas novas funções, disse que queria começar por tecer dois comentários, o primeiro dos quais relativo à informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, que felicitava pela sua coerência, porque, de facto, nada constava sobre a sua freguesia e também nada lá se tinha feito.-----

----- O segundo, era para fazer uma rectificação ao livro que também lhe fizera chegar às mãos, que agradecia, rectificação essa que tinha a ver com o processo integrado do Chafariz de Dentro. Dizia o Sr. Presidente da Câmara que o início desse processo remontaria ao ano de 1995, mas embora nessa altura não estivesse na Junta podia dizer que o edital que abrisse a discussão pública era de Agosto de 1996, assinado pelo Dr. João Soares. -----

----- Depois, relativamente ao trânsito, disse que o Sr. Presidente da Câmara já teve ocasião de esclarecer que aquilo que a comunicação social escreveu não foi o que tinha dito, mas, de qualquer maneira, pretendia deixar ficar registado que qualquer solução para o trânsito em Alfama teria que ser sempre uma solução tripartida, ou seja, entre a Câmara, Junta e moradores, a quem com certeza iria beneficiar todo esse processo. -----

----- Por outro lado, pretendia também referir que o Porto de Lisboa tinha vários pavilhões que não eram utilizados, os quais poderiam ser, caso o Sr. Presidente da Câmara se empenhasse, uma mais valia para o estacionamento dos moradores do bairro. -----

----- **O Deputado Municipal Ricardo Chaves (PSD)**, no uso da palavra, disse que aproveitava esta ocasião para fazer também o balanço de um ano de observação, como Deputado Municipal estreante na Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- E das coisas que desde logo pôde ver, e que hoje foram confirmadas, era a hierarquização dos problemas mais graves da cidade, porque, de facto, era extraordinário constatar que aqueles que eram considerados pelos munícipes como mais graves: a insegurança, o congestionamento do trânsito e a falta de estacionamento, eram problemas criados por este Executivo, porque Lisboa era uma cidade segura, tornara-se uma cidade insegura e isso era evidente que aconteceu no último ano; Lisboa era uma cidade sem trânsito e neste momento era uma cidade congestionada, em virtude da política visionária de transportes ao longo de 12 anos da maioria anterior, com parques dissuasores à entrada da cidade que efectivamente tiveram uma alimentação de transportes públicos extraordinária. Não sabia porque

teriam perdido cota, porventura seriam as contas que estavam mal feitas, com uma total sobreposição de linhas do Metro e da Carris, que em tudo prejudicavam o transporte público que nunca por nunca foram tratadas nem sequer mencionadas pelo anterior Executivo, mas com certeza o problema do congestionamento do trânsito surgira este ano, provocado, voluntariamente, pelo actual Executivo! -----

----- Por outro lado, em relação à falta de estacionamento, a mesma coisa! Tinham, na cidade, uma expansão, também ela visionária e ajustada, da EMEL para áreas sobretudo residenciais onde não havia lugares e nunca houve, acontecendo um alastrar do incumprimento que depois, evidentemente, prejudicava as próprias áreas onde fazia sentido a intervenção da EMEL. Também isso com certeza teria sido, não diria actuação do actual Executivo mas com certeza com a conivência, há 12 anos atrás, do Dr. Pedro Santana Lopes, que certamente teria concordado com isso e agora recebia as culpas e responsabilidades de caos de estacionamento que ainda hoje havia na cidade. -----

----- Aliás, outro dos problemas deste género era a perda de 100.000 habitantes em 10 anos, que com certeza seria também com a conivência do actual Executivo. 300.000 fogos devolutos, igualmente também da responsabilidade do actual Executivo. Mas como viam eram tudo problemas de rápida resolução! 300.000 fogos que não foram construídos em 12 anos poderiam ser efectivamente construídos em um, ou, se calhar, em dois para terem acabamentos melhores. 100.000 habitantes, era uma questão de pôr faixas brancas ou *placards* de convite a morar na cidade. Mas onde e com que preços ninguém sabia! Isto era a cidade que o actual Executivo herdara, e por mais que os Deputados Municipais vissem o tempo a passar e quisessem que esta realidade ficasse perdida nas calendas gregas, não podia ficar porque havia ali um problema ético de responsabilidade pessoal que tinha os limites daquilo que era factível, daquilo que o esforço humano podia ambicionar e num ano não se resolviam problemas resultantes de erros de doze. -----

----- Sobre a questão das obras realizadas por empresas, matéria em relação à qual, segundo o Deputado Municipal Dias Baptista, estariam agora a descobrir que era a estratégia correcta, disse que não era esse o problema, porque ser uma empresa, fosse ela municipal ou outra, mediante protocolos ou o que quer que fosse, não foi esse o caso nem era essa a crítica. Obras pelas empresas diria que talvez sim, mas sub orçamentação ou não pagamento de contas diria claramente não porque este era um Executivo sério! Por exemplo, 2,1 milhões de contos orçamentados para o Rossio, o Metro apenas pagava 700.000 contos e ninguém sabia quem pagava o resto? Não! Isso, nem sequer por uma questão política mas até por uma questão ética, claramente o actual Executivo não faria! -----

----- Disse, depois, que entendia que os espaços de debate eram úteis, por isso o Grupo Municipal do PSD era ali que intervinha sobre as matérias da cidade e tinham o maior respeito pela Assembleia. Agora, não podiam dizer que tem sido uma Assembleia rápida e expedita na análise dos problemas. Não podiam dizer que tem sido uma Assembleia preocupada em transmitir a sua opinião em tempo útil, por forma a que o Executivo conseguisse, com os contributos dos Deputados Municipais,

legítimos sem dúvida, levar adiante a sua obra, em tempo útil, ao longo do mandato para que foi eleito. -----

----- Por exemplo, a questão do Castelo, mesmo depois do Presidente da Câmara ali ter exposto que estavam isentos os moradores, vinha o PCP dizer: “calma! Mas quais? Até onde?” Porventura quereriam os nomes, os números das portas ou se uma determinada esquina ainda estava ou não incluída! Portanto, legítimos os contributos era um facto, mas esse contributo, tivesse ele sido ou não isso, já estava aceite! Iam ficar isentos, ponto final, acabara aí. Tudo o que viesse daí para a frente seria entorpecer o mecanismo decisório. -----

----- Depois, as questões relativas ao Terreiro do Paço e ao túnel das Amoreiras, ambas medidas devidamente sufragadas em eleições e ambas medidas sobre as quais o Vice-Presidente da Câmara, numa atitude inusitada, tanto quanto sabia, na história da Assembleia Municipal de Lisboa, propôs-se fazer debates sobre essas matérias, tendo até um deles já sido realizado, concretamente sobre o túnel das Amoreiras. Mas novamente tinham ali a diferença de atitudes e novamente tinham ali a posição da Assembleia: “sim, mas talvez não, ou talvez sim, depende, era preciso um aproveitamento do Terreiro do Paço, mas se calhar com os Ministérios lá, ou se calhar não, ou se calhar só com alguns”! Bom, havia aí um limite, e esse limite era agir em tempo útil para que a esta geração de lisboetas vissem as medidas concretas a aparecerem. -----

----- Relativamente ao Parque Mayer disse que se assistia exactamente à mesma questão, porque, no fundo, se reparassem a linha de conduta era permanente. Por exemplo, na altura em que se começara a falar no Parque Mayer o problema era o casino no Parque Mayer, com a argumentação casino sim, mas não ali, noutra zona da cidade. Hoje, porém, já viram algumas inflexões em determinadas intervenções: “casino talvez não, e talvez não em lado nenhum da cidade!” Portanto, teriam que esperar novos episódios, e os novos episódios normalmente eram condicionados por aquilo que o Executivo dizia. Se o Executivo aceitava um pouco, então talvez fosse de rever, era assim um pouco como o “Anjo Selvagem” que ia no episódio dois mil e tal.

----- Outra coisa que também era extraordinária em relação ao Parque Mayer era que, neste momento, o Arqtº Frank Gehry era apresentado como salvador. Graças a Deus que existia um Frank Gehry no mundo para pôr termo à calamitosa obra que se previa para o Parque Mayer, que nem projectada estava! Muito bem, no PSD ficavam todos contentes com essa adesão ao nome, à reputação e às provas dadas por esse ilustre arquitecto! Mas fazia uma pergunta muito simples: quem o escolheu? Não teria sido o Executivo camarário que escolhera o Arqtº Frank Gehry para estudar o projecto e fazer a obra do Parque Mayer? Mas aí ficava evidente que havia uma intenção clara de tirar o mérito a quem o tinha. -----

----- Prosseguindo, disse que já hoje tinha sido elogiado o facto de estarem a ser tomadas medidas no tocante à Feira Popular. No entanto, vinha sempre o aviso final: “com certeza teremos oportunidade de ver esse projecto em pormenor”. E era aí que estava convencido que surgiriam os problemas. Mas deixava apenas dito isto em relação à Feira Popular para mais tarde poder intervir a confirmar esta nota. -----

----- Por fim, disse que desejava deixar uma sugestão ao Deputado Municipal Pedro Soares, do Bloco de Esquerda. Com todo o respeito pela gravidade do tema, porque era um tema que a todos merecia uma preocupação séria, diria, contudo, que não seria um tema para, à partida, discutir ali. Mas, de qualquer maneira, não podia deixar de dizer, tendo em conta a veemência das afirmações feitas, que como dizia o Dr. Pacheco Pereira, em tempos, num célebre artigo, havia determinadas doutrinas que tinham um risco, a chamada má vizinhança. Isto para dizer que só sabia quando uma guerra era legítima ou não quem sabia o que era a paz, quem sabia o que era democracia e era merecedor de paz. E a quem sabia que na Coreia do Norte, de facto, não havia uma democracia e sabia que o Iraque tinha o regime que tinha, a única coisa que pedia era que quando discutissem esse tema, que não ali, o discutissem com todos os valores que estavam em cima da mesa, em nome de todos os princípios e em nome da paz em que todos acreditavam mas que só seria prosseguida se não fossem ingénuos. -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)**, no uso da palavra, depois de apresentar votos de continuação de um bom trabalho ao Sr. Presidente da Assembleia, passado que estava um mês da sua eleição, iniciou a sua intervenção dizendo que apenas queria levantar quatro questões, a primeira das quais tinha a ver com a Vila Almeida, uma Vila muito antiga, situada na Freguesia de São Jorge de Arroios, onde viviam actualmente doze famílias com cerca de trinta pessoas. As habitações estavam altamente degradadas, ameaçavam ruína, o PCP ainda recentemente fizera uma visita ao local e era chocante o que lá se observava. Não se podia deixar passar mais tempo sob pena de ser tarde de mais. -----

----- Portanto, desejava perguntar à Câmara se tinha dado ordem para demolir o prédio, porque essa tinha sido uma informação dada aos moradores pelo procurador.---

----- A segunda questão, que dirigia à Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa, tinha a ver com o Hospital de Arroios, porque no âmbito da Comissão de Intervenção Social e Cultura o problema tinha sido levantado há quase dois meses e desejavam saber como ficara esse assunto, uma vez que constaram que nas páginas 58 e 59 do Plano para 2003, no que concerne à reabilitação urbana, no seu ponto 5 havia uma intervenção relativa àquilo que poderia ser o futuro do Hospital de Arroios, ou seja, para habitação sénior de segmento médio alto. -----

----- A terceira questão tinha a ver com um problema levantado pelo Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa sobre a tolerância de ponto concedida nos dias 24 e 31 de Dezembro, porque, depois de ter sido concedida tolerância de ponto para esses dias aos trabalhadores da Administração Pública em geral para esses dois dias, aos trabalhadores do Município que exerciam serviço nocturno na área da limpeza urbana isso não tinha acontecido e desejava saber se o problema já estava em vias de solução. -----

----- A quarta questão tinha a ver com as afirmações proferidas pelo Deputado Municipal Ricardo Chaves, que falara em 300.000 fogos devolutos em Lisboa, a quem desejava perguntar se não se teria enganado num zero. É que como assessor da



Ministra das Finanças poderia ter corrido também o risco de se ter enganado no Orçamento ou até nas questões do défice, e isso deixava-os preocupados. -----

----- Depois, quanto aos transportes públicos, matéria a que também se referira o Deputado Municipal Ricardo Chaves, disse que o anterior Executivo pugnara sempre por mais e melhores transportes públicos, mais e melhores estacionamento também na periferia da cidade, mas a verdade era que as políticas eram o que eram, vinham de longe, e as opções políticas vinham do tempo do Eng<sup>o</sup> Abecasis e do tempo do Governo do Prof. Cavaco Silva. Portanto, convinha lembrar essa questão. -----

----- Sobre a Autoridade Metropolitana de Transportes, a que o Sr. Presidente da Câmara fizera referência, disse que no Conselho Geral não estava contemplada a participação das organizações representativas dos trabalhadores, pelo que desejava solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que providenciasse nesse sentido porque seria, com certeza, uma gestão bem mais aberta e mais democrática. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Roque (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, no uso da palavra, disse que não queria deixar de intervir depois das referências feitas pelo Sr. Presidente da Câmara a várias actividades desenvolvidas pelo Executivo na cidade. E uma das primeiras questões a que desejava aludir era a Autoridade Metropolitana de Transportes, preocupação que verificava que o Sr. Presidente da Câmara tinha e que pessoalmente acreditava que iria ter grande importância para a cidade, em particular para as freguesias periféricas que queriam ver as suas vias rápidas transformadas em avenidas normais, e para isso seria necessária uma Autoridade Metropolitana de Transportes actuante que conseguisse corredores para os transportes públicos e parques de estacionamento nas entradas da cidade. Estava confiante que seria uma autoridade que teria poderes para conseguir melhorar o problema da entrada do trânsito em Lisboa e outras questões que lhe sejam atribuídas. -----

----- Quanto à referência à questão da Alfama e à monitorização da Baixa, matéria importante para quem tinha preocupação com a parte histórica da cidade, disse que no tocante a Alfama não podiam deixar de ter em atenção a situação em que se encontrava, designadamente até o Chafariz d'el Rei que se encontrava um pouco abandonado, e para o qual, como Deputado Municipal, não queria deixar de chamar a atenção que era preciso recuperar aquela zona da cidade e transformá-la numa zona perfeitamente visitável para quem vinha a Lisboa. -----

----- Sobre os realojamentos, disse que era um problema que também sentia na sua Freguesia, e porque foi possível realojar o Bairro da Cruz Vermelha, tendo o PSD como importante que a questão da habitação era uma das condições da dignidade humana, registavam com apreço o facto daquela população, cerca de 200 agregados familiares, poderem dispor neste momento de residências compatíveis. Faltava, apenas, que se procedesse à destruição das habitações onde permaneceram anteriormente, o que, contudo, acreditava que fosse feito na devida oportunidade. -----

----- Relativamente à segurança na cidade, disse que quanto a esta matéria não podia deixar de referir que era preciso ter em atenção esse problema, que existia um Conselho de Segurança que deveria reunir quando fosse possível e que no tocante às

freguesias periféricas como o Lumiar, a Ameixoeira, Charneca, Carnide, etc., havia necessidade de providenciar para que essa zona tivesse uma divisão policial que permitisse efectivos para, com proximidade, as pessoas que andavam nas ruas pudessem sentir-se em segurança. -----

----- Quanto às relações com os países de expressão portuguesa no âmbito da UCCLA, designadamente à Ilha de Moçambique, à Fortaleza do Cacheu, e outras questões relacionadas com Luanda, disse que era de registar a particularidade do Sr. Presidente da Câmara reconhecer o passado português e o quanto era importante que a capital de Portugal tivesse relações e se afirmasse nos países de expressão portuguesa.

----- Acerca das acessibilidades ao novo estádio do Sporting, disse que não queria deixar de referir a preocupação manifestada pelo Sr. Presidente da Câmara em que essas acessibilidades fossem adequadas ao interesse das populações, quer fosse a população de Telheiras, quer fosse a população do Lambert, quer fosse a população do Lumiar/centro ou da Av. Rainha D. Amélia. Era preciso não esquecer que as acessibilidades tinham a ver com toda aquela zona da cidade de Lisboa, e que era importante que todas as populações tivessem as acessibilidades devidas e que a Cidade de Lisboa, naquela área, dispusesse dum recinto desportivo com todas as qualidades. -----

----- Sobre a questão do Parque Mayer, disse que queria felicitar o Sr. Presidente da Câmara e toda a Vereação pelo facto de se debruçarem sobre essa zona da cidade. Com efeito, era preciso dar projecção à cidade e projectos urbanísticos que tivessem qualidade só davam projecção. O facto de se ter escolhido um arquitecto que fizera o símbolo da cidade de Bilbau era importante e deveria ser tido em consideração, porque Lisboa seria projectada se tivesse um edificio com qualidade que as pessoas tivessem interesse em visitar. -----

----- No entanto, não queria deixar de referir que pelo facto da haver cuidado em projectar a cidade não poderiam esquecer aqueles pormenores que eram importantes para quem vivia na Cidade de Lisboa, designadamente porque as pessoas quando saíam das suas casas não queriam ver os carros roubados ou outro tipo de problemas nas ruas. Queria segurança como queriam também os buracos tapados, fossem eles no betuminoso ou nos passeios. Na sua freguesia preocupava-se bastante com a quantidade de buracos que havia e agradecia a preocupação da Câmara para resolver esses problemas. -----

----- Naturalmente a reestruturação dos serviços seria capaz de ter em atenção esses pormenores e também capaz de responder às preocupações dos cidadãos nos seus locais de residência, quer em termos de manter as ruas em condições, quer quanto à higiene e à limpeza urbana, quer quanto aos carros nos passeios. -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, no uso da palavra, começou por desejar as maiores felicidades ao Sr. Presidente da Assembleia no exercício do seu cargo, acrescentando que eram os seus votos pessoais e da população de Marvila que desejava que a Assembleia Municipal continuasse a defender os interesses da cidade. -----

----- Passando à intervenção, disse que era com pena sua que o Sr. Presidente da Câmara não estava presente nesta altura. Se calhar era porque não gostava da palavra Marvila ou de ouvir o seu autarca, conforme se via pelo livro que fez pois nem uma única vez lá constava a palavra Marvila. Não acreditava que o Sr. Presidente da Câmara não soubesse escrever a palavra Marvila, sabia com certeza, mas era verdade que nem uma única vez essa palavra estava referida no livro, apesar dele ter muito mais de cem páginas. Havia aí qualquer coisa de paranóia certamente, mas estava convencido que o Sr. Presidente da Câmara iria ultrapassar esse trauma e aprender a escrever a palavra Marvila, nem que ele tivesse que ir ali todas as semanas ensinar a escrevê-la. -----

----- Disse, depois, que o Sr. Presidente da Câmara iniciara a sua intervenção referindo, de uma forma a seu ver injusta, a ausência dos Vereadores da oposição. E dizia que era de uma forma injusta pelo menos em relação à Sra. Vereadora Alexandra Gonçalves visto que ela estava presente ainda antes do Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Também no seu livro o Sr. Presidente da Câmara referira-se ao realojamento do Beco das Taipas, mas, por estranho que pudesse parecer, esse processo ainda não estava concluído, já que estavam lá duas famílias, proprietárias de uma mercearia e de um café, à espera da resolução dos seus problemas porque estavam a ser asfixiados economicamente visto que eram as duas únicas habitações que ali se mantinham. Portanto, apelava à Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa que tivesse isso em conta e arranjasse uma solução rápida para essas duas famílias que ali estavam preocupadas com o seu futuro. -----

----- Por outro lado, já que estava a falar de realojamentos, aproveitava para lembrar à Sra. Vereadora que já ia sendo tempo de encontrar uma solução para as famílias que faltavam realojar no Bairro das Galinheiras. O bairro tinha sido realojado quase na sua totalidade mas, por questões processuais ou burocráticas, não se encontraram ao tempo soluções para algumas famílias que lá continuavam a viver, mantendo-se, por causa disso, o bairro de pé. Portanto, pedia que a Sra. Vereadora tomasse medidas em relação a isso. -----

----- E, a propósito, lembrava os vários ofícios que tinha enviado, quer à Sra. Vereadora, quer ao Sr. Presidente da Câmara, sobre a demolição de seis ou sete casas na Rua Vale Formoso de Cima, junto ao antigo Arco das Panelas, que eram casas que estavam abandonadas mas que, conforme tinha informado, começavam a ser ocupadas por alguma marginalidade e começavam também a transformar-se num problema de saúde pública visto os esgotos estarem entupidos e transformavam as casas em autênticas lixeiras. Por isso, mais uma vez apelava para que a Câmara tomasse medidas no sentido de resolver esse problema. -----

----- Continuando, disse que a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara referia a requalificação dos espaços exteriores do Bairro dos Lóios. Esse projecto era de 1999, no final de 2001 estavam concluídas as três primeiras fases, faltava concluir as outras quatro e, portanto, se havia algum mérito não era da actual Câmara. Ou seja, houve demérito da actual Câmara quando, após a posse, mandara parar, e havia mérito agora por ter mandado prosseguir a requalificação um ano depois. -----

----- Sobre o apoio às colectividades, disse que o Deputado Municipal Victor Gonçalves, que esteve ligado ao desporto durante muitos anos na Câmara Municipal de Lisboa, certamente compreenderia que não tinha sido verdadeiro quando disse aquilo que disse relativamente à falta de critérios e à falta de discussão no tocante à prática do Pelouro do Desporto, no mandato anterior, porquanto todos os critérios e atribuições de subsídios eram discutidos com as colectividades em plenário. Era tudo transparente, nada era escondido, nada era feito por debaixo da mesa, ao contrário do que acontecia actualmente em que não se sabia como eram atribuídos os subsídios já que não havia critérios definidos. Gostariam que houvesse e sempre manifestaram total disponibilidade para discutirem esses critérios para que toda a gente soubesse as linhas com que se cosia, porque as colectividades de Lisboa mereciam todo o apoio. ---

----- Disse, ainda, que se referia na informação que a Câmara tinha terminado com o Prograpef e criara o Play Gym, o que também não era verdade porquanto o Play Gym era um plano da autoria da Associação de Ginástica de Lisboa e da Federação Portuguesa de Ginástica, com quem as freguesias de Marvila e do Beato já tinham realizado um grande sarau em 2000, tendo então junto mais de 2.000 praticantes no pavilhão dos Lóios. Aliás, foram as próprias Juntas a solicitar à Federação e à Associação de Ginástica que contactassem a Câmara Municipal de Lisboa para ajudar a desenvolver esse programa nas freguesias, pelo que, obviamente, não foi a Câmara que criara agora o Play Gym. -----

----- Por fim, disse que o Sr. Presidente da Câmara fizera um despacho, concretamente o Despacho 308, que dizia: “nenhuma obra, nenhum investimento, nenhuma acção deveria ser iniciada sem que o Sr. Presidente da Junta seja informado, formalmente e por escrito”. Mas o que era certo era que o Sr. Presidente da Câmara, como muitos dos seus serviços, continuava a não informar as freguesias daquilo que a Câmara pretendia fazer ou ia fazer na área de cada uma delas. -----

----- **O Deputado Municipal Álvaro Vasconcelos (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Mártires, no uso da palavra, disse que unicamente desejava pedir três esclarecimentos ao Sr. Presidente da Câmara sobre outros tantos problemas da cidade que o preocupavam como lisboeta. -----

----- O primeiro dizia respeito ao espaço do terminal de camionetas do Arco do Cego, que o Sr. Presidente da Câmara tinha prometido que iria transformar, e muito bem, num espaço público ajardinado, e pessoalmente também achava interessante a ideia desse terminal ser transferido para Sete Rios. No entanto, porque leu há dias num jornal que se pensava pôr em Sete Rios um local de estacionamento para as composições que iriam assegurar o metro de superfície Falagueira/Santa Apolónia, desejava saber se se tratava de um engano ou se efectivamente assim seria. -----

----- O segundo tinha a ver com a ideia, há algum tempo referida, do comboio da Linha de Cascais terminar em Algés. Pensava que esse assunto já teria morrido, mas como ainda não ouviu uma palavra do Sr. Presidente da Câmara sobre esse óbito, pedia que fosse esclarecida a questão. É que, de facto, quando em todas as cidades da Europa se pretendiam instituir transportes públicos que levassem as pessoas das periferias até ao centro, a si parecia-lhe uma ideia peregrina acabar com o melhor

transporte público que tinham em Lisboa, já que não só trazia a população da Linha de Cascais como assegurava a ligação a quase todas as linhas de metro da cidade. -----

----- A terceira tinha a ver com a demolição de algumas casas velhas na Rua António Maria Cardoso, na sua freguesia, sem que a Junta tivesse conhecimento que obra estaria licenciada para ali, e, por isso, pretendia que a Junta fosse informada sobre essa matéria. -----

----- Por fim, disse que tanto ele como o colega Presidente da Junta de Freguesia de São Paulo gostariam que a fiscalização das obras e seus estaleiros fosse feita mais aturadamente pela Polícia Municipal ou por quem de direito, porque, neste momento, na Rua do Ferragial de Baixo, que liga a Rua do Alecrim à Rua Vítor Cordon, estavam em curso duas obras, paralelamente colocadas uma de cada lado da rua, e ambas sem protecção nem qualquer passadeira para que os transeuntes pudessem passar sem serem obrigados a passar pela rua. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Moctezuma (PPM)**, no uso da palavra, disse que queria aproveitar esta ocasião para fazer uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara sobre a autonomia financeira corrente da Câmara, que, no seu entendimento, deveria ser medida pelo somatório do activo disponível, do activo realizável a curto prazo, menos o passivo exigível a curto prazo. Essa autonomia financeira no fim do exercício de 2000 apresentava um *superavit* de 2.400.000 contos, no fim de 2001 apresentava um défice financeiro de 6.200.000 contos, pelo que gostaria de solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que esclarecesse se esse défice financeiro não dificultou o cumprimento do seu programa e a tomada de medidas evidentemente necessárias. ---

----- **O Deputado Municipal Ricardo Chaves (PSD)**, novamente no uso da palavra, aludindo á intervenção da Deputada Municipal Deolinda Machado, disse que, em princípio, não se teria enganado porque entre os 300.000 e os 30.000 mais próximo do erro estariam os 30.000 do que os 300.000. Mas isso deixava bem evidente porque chegaram a esses números de 200.000 ou 300.000: é que a maioria de então achava que eram 30.000! -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções, deu a palavra à Câmara para responder às questões colocadas, nos três minutos que lhe restavam em termos de tempo de intervenção. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, começou por dizer que depois de tanta pergunta feita tendo só três minutos para responder, quase podia dizer que uma forma de não discriminação seria não responder a ninguém. Mas, de qualquer maneira, procuraria ser rápido e objectivo. ---

----- Sobre a razão porque foram chumbados empréstimos pelo Tribunal de Contas, disse que já foi publicamente esclarecido e aconteceu a várias autarquias. -----

----- Em relação às auditorias e regularizações, disse que amanhã iriam debater em reunião de Câmara as auditorias e depois elas, naturalmente, seriam enviadas à Assembleia. -----

----- Quanto à Associação dos Arquitectos Paisagistas, despejos e coercividade, disse que as pessoas falavam só nos arquitectos paisagistas mas não falavam, curiosamente, que idêntica posição tinha sido assumida com a Casa da Madeira, que até tinha vários

Deputados do PSD nos órgãos dirigentes, e que foi exactamente objecto da mesma decisão que a Associação dos Arquitectos Paisagistas. Enfim, só falavam da associação porque a Casa da Madeira, embora contrariada, acatou a ordem de saída por razões de segurança, enquanto que a Associação dos Arquitectos Paisagistas não acataria, mas estavam a resolver o problema. -----

----- Aludindo ao Túnel do Marquês, disse que já teve ocasião de dizer em reunião de Câmara que pedira às pessoas, quer fossem Vereadores, quer fossem Deputados Municipais, o favor de não dizerem que a Câmara calculou mal os custos do preço base do concurso para esse túnel e que tinham razão as empresas que se opuseram ao concurso, porque a Câmara estava a defender o preço que apresentara e ao dizerem que a Câmara calculara mal estavam a dar força às empresas que concorreram! Estavam ainda em fase de negociação, portanto esse era um argumento que pedia o favor, quer a quem era Vereador, quer a quem era Deputado Municipal, que não entrassem por aí porque esse seria fazer o jogo das empresas em detrimento dos interesses do Município. -----

----- Mas achava extraordinário ouvir o Deputado Municipal Martinho Baptista com um argumento desses. Ou seja, a Câmara lutava pela defesa dum preço e depois aparecia um Deputado Municipal a dizer que a Câmara tinha calculado mal e que as empresas tinham razão! -----

----- Quanto à Feira Popular, disse que a Câmara, de acordo com o que disse o Deputado Municipal Dias Baptista, iria enviar os dados que tinha disponíveis. Mas a posição estava tomada, na sequência, aliás, de posições de Executivos anteriores de que a Feira Popular não deveria continuar onde estava. -----

----- Relativamente ao Terreiro do Paço, disse que fariam o debate com certeza, embora não fossem os Ministérios todos a sair porque não era isso que estava previsto. O que estava previsto nos estudos era que continuasse o Ministério das Finanças e a Armada do outro lado, e que continuasse também o Supremo Tribunal de Justiça. Essa era a proposta que tinham para apresentar e, por isso, não desaparecia também essa função de simbologia do Poder. -----

----- Quanto ao hotel de charme no Terreiro do Paço, disse que também não foi inventado pela actual Câmara. Aliás, quase se atrevia a dizer que todas as boas ideias da cidade vinham do tempo da governação socialista e comunista, e a Câmara, agora, limitava-se a executá-las. O hotel de charme, de facto, tinha sido falado entre o Ministro da Justiça de então, Dr. António Costa, e o grupo Espírito Santo como sendo uma das hipóteses para o sítio onde estava o Ministério da Justiça. Isso mesmo lhe tinha sido transmitido, portanto tinha sido tudo tratado nessa altura, agora limitava-se a dar execução às boas ideias. -----

----- Por conseguinte, com charme ou sem charme, hotéis integrados no estilo, sem danificarem e sem alterarem a traça dos edificios, mantendo-os tal como são, isso parecia-lhe que era importante. -----

----- No tocante ao facto de serem as empresas municipais a ter o projecto do Arqtº Frank Gehry, disse que lhe parecia uma coisa perfeitamente natural porque a EPUL, dentro do reforço do seu trabalho na área da reabilitação, trabalharia, esperava, depois

do projecto em várias empreitadas em toda aquela zona, sob a matriz da reabilitação, e a EGEAC iria gerir alguns dos espaços que ficariam no Parque Mayer. Portanto, teriam a responsabilidade do projecto e associar-se-iam ao lançamento do concurso público aquando das empreitadas dos trabalhos que ali seriam desenvolvidos. -----

----- Quanto à pergunta feita por um Deputado Municipal do PCP se seria agora o erário público a pagar o que lá iria ser feito, disse que tinham que chegar a uma conclusão: se não fosse o erário público a pagar, só podia ser à conta das contrapartidas do casino contra o qual a oposição estava! Portanto, isso nem sequer era pescadinha de rabo na boca, era a boca no rabo da pescada, era ou contrário! É que não tinha solução! Para não ser o erário público só com as contrapartidas do casino que era o que estava negociado, porque de outros privados não estava a ver. -----

----- Portanto, as contrapartidas do casino, ficasse ele onde ficasse em Lisboa, continuavam a ser para a reconstrução dos espaços culturais do Parque Mayer! Era o que estava no decreto-lei e desejava deixar isso bem claro. -----

----- Relativamente ao Conselho Municipal de Segurança, disse que era ele que continuava a presidir, o que não queria dizer que às vezes não pudesse ser substituído. O Conselho tinha uma reunião ordinária convocada para Abril, mas pediu a realização de uma reunião extraordinária, pelas razões que conheciam, convocando-o para a próxima semana. -----

----- Aludindo a questões que foram postas relativamente à segurança em várias zonas da cidade, disse que a Câmara tinha limitação de meios. O regime da Polícia Municipal iria ser alterado, já tinha acertado isso com o Sr. Primeiro-Ministro, iam entregar a proposta de alteração legislativa, neste caso regulamentar, ao Governo, porque os quadros da Polícia Municipal não podiam continuar a sair só da PSP. Não podia deixar de se considerar extraordinário que numa situação em que havia desemprego crescente e em que a Câmara tinha que contratar mais efectivos para a Polícia Municipal para ocorrer a uma série de situações, não pudessem fazer essa contratação porque a lei dizia que esses efectivos tinham que sair da PSP. Portanto, o regime de formação iria ser alterado, misto entre a PSP e quem tem tido responsabilidades na Polícia Municipal, a Polícia Municipal iria ter o seu corpo próprio e continuaria a existir sem os seus efectivos terem a situação prejudicada fosse no que fosse. -----

----- Sobre o comboio da Linha de Cascais disse que não ia falar hoje, e quanto à questão do Arco do Cego referiu que se vier a existir o metro da Falagueira para Sete Rios tal só ajudava a que Sete Rios funcionasse como um interface e isso em nada prejudicava a questão do Arco do Cego. No protocolo que tinham celebrado com o Metropolitano estava prevista essa questão do metro de superfície. Portanto, não havia motivo para preocupações porque a estação de camionagem do Arco do Cego sairia na mesma de onde estava. -----

----- Quanto ao tapa-buracos, disse que o Sr. Vereador Pedro Pinto amanhã apresentaria a acção a levar a cabo, foram 600 os que se taparam em Janeiro e Fevereiro, e seriam agora mais nesta acção, já com tempo mais seco, em novos

pavimentos de muitos locais da cidade, numa acção cujo investimento era de certa forma significativo. -----

**----- PONTO 3 – PROPOSTA 16/2003 – APROVAR A TRANSMISSÃO PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA DOS EDIFÍCIOS SITOS NA RUA PROFESSOR HERMANO NEVES, LOTE NA/RA2/RA1 (SOLAR DA NORA), FREGUESIA DO LUMIAR CONSTRUÍDOS PELA EPUL, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----**

----- PROPOSTA 16/2003 -----

----- “Considerando que a Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL) é proprietária de um conjunto de edifícios sítos na Rua Professor Hermano Neves, Lote NA/RA2/RA1 (Solar da Nora), ficha n.º 2239 da Freguesia do Lumiar, da 7ª Conservatória do Registo Predial, com a área bruta de construção de 2375m2, equipada em condições de ser utilizada como Biblioteca Municipal; -----

----- Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa tem interesse em instalar no referido conjunto de edifícios a Biblioteca e Auditório Orlando Ribeiro; -----

----- Considerando que a adaptação do referido edifício para Biblioteca Municipal foi feita pela EPUL, por incumbência da Câmara Municipal de Lisboa, consubstanciado em diversos ofícios da Câmara Municipal de Lisboa (em anexo). -----

----- Considerando que o projecto de arquitectura foi aprovado por despacho da então Vereadora da Cultura, professora Maria Calado, conforme o ofício n.º 462/GVMC/00, de 4 de Agosto de 2000, dirigido ao Presidente da EPUL (em anexo); -----

----- Considerando, assim, ser necessário, para que a Biblioteca e Auditório Orlando Ribeiro possa ser instalada, que seja aceite a transmissão à Câmara Municipal de Lisboa do referido conjunto de edifícios; -----

----- Considerando, também que é necessário, para repor a situação financeira e patrimonial daquela empresa, transmitir à EPUL os montantes correspondentes ao valor dos edifícios transmitidos; -----

----- Considerando que a EPUL está, ela própria sujeita à legislação sobre empreitadas de obras públicas, pelo que não estão postos em causa os princípios da contratação pública, designadamente da igualdade e da concorrência; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, nos termos, dos n.º 2 e n.º 4 do art. 50º e das alíneas a) e f) do art. 85º dos Estatutos da EPUL, aprovados pelo Dec.-Lei n.º 613/71, conjugados com a alínea d) do n.º 7 do art. 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro: -----

----- Aceitar a transmissão para a Câmara Municipal de Lisboa dos edifícios acima identificados, recuperados nos termos da memória descritiva em anexo e equipados nas condições indicadas no ofício e demais fundamentação do Conselho de Administração da EPUL (em anexo), com o valor atribuído pelo Município de Lisboa de 4.445.512 Euros; -----

----- Transferir para a EPUL, a verba, equivalente, de 4.445.512 Euros. -----



----- Uma vez que existe aumento do Património do Município, a presente deliberação será sujeita a ratificação na Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do nº2 do Artº 53º da lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro. -----

----- A verba terá cabimento na rubrica 13.00/07.01.03.01.01 (infra-estruturas Culturais) do orçamento em vigor e correspondente ao código do plano de actividades 05/01/A102/04.” -----

----- **O Senhor Presidente**, como ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação da proposta 16/2003, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 4 – PROPOSTA 541/2002 – APROVAR A CRIAÇÃO DO CONSELHO PARTICIPATIVO DA CIDADE DE LISBOA NO ÂMBITO DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA Q) DO Nº 1 DO ARTº 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 541/2002 -----

----- CONSELHO PARTICIPATIVO DA CIDADE DE LISBOA -----

----- A gestão sustentável do ambiente urbano que garanta a melhoria da qualidade de vida urbana sem comprometer o futuro num quadro de solidariedade intergeracional, constitui hoje um dos desafios mais importantes que se coloca ao exercício do Poder Local. A sustentabilidade das áreas urbanas requer uma série de instrumentos orientados para a dimensão ecológica, económica e social, onde o princípio da cooperação e parceria entre diferentes níveis, organizações e interesses constituem a base para o fomento duma “responsabilidade partilhada” da cidade. -----

----- A Conferência do Rio de Janeiro em 1992, ao definir a “Agenda para o Século XXI”, refere no seu capítulo 28 que “cada poder local deverá entrar em diálogo com os seus cidadãos, organizações locais e empresas privadas e deverá adoptar uma Agenda 21 local”, reforçando a ideia de promover uma clara participação propositiva dos cidadãos na elaboração e concretização de estratégias locais para a sustentabilidade. -----

----- Nesta óptica, a identificação e sistematização dos agentes sociais e económicos que actuam no território é fundamental, tal como a dimensão do papel que representam, com a delimitação de competências e respectivas esferas de acção, objectivos ou interesses e perspectivas para o futuro. -----

----- A Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 65º, nº 5, veio consagrar o princípio da participação, estabelecendo, na mesma esteira, o artigo 8º do Código do Procedimento Administrativo que “os órgãos da Administração Pública devem assegurar a participação dos particulares, bem como das associações que tenham por objecto a defesa dos seus interesses, na formação das decisões que lhes disserem respeito”. Como expressão prática deste direito à participação pode mencionar-se o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, o qual concretiza a

participação dos interessados na elaboração dos instrumentos de planeamento territorial, “quer na vertente da intervenção assegurada ao longo de todo o procedimento, quer na vertente de divulgação”.

----- No sentido da transformação de Lisboa numa “Cidade de Cidadãos” e assumindo a tarefa essencial da identificação das pessoas com o lugar em que vivem e usam, pretende-se criar o Conselho Participativo da Cidade, de molde a que se constitua como um meio para a formulação e avaliação das estratégias e políticas urbanas, e correspondentes instrumentos que as operacionalizam, inseridos num modelo de desenvolvimento da Cidade.

----- “Este procedimento irá dar coerência ao planeamento municipal numa perspectiva de Plano Negociado, mediante o envolvimento das diversas entidades da Administração Central, agentes sociais e económicos e organizações da população que actuam directamente ou indirectamente no território.

----- Assim, tenho a honra de propor que:

----- A Câmara Municipal de Lisboa delibere, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 64º, n.º 6, alínea a) e 53º, n.º 2, alínea c), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a criação do Conselho Participativo da Cidade de Lisboa, nos termos do documento em anexo que faz parte integrante da presente Proposta.”

----- (Os Estatutos anexos à proposta 541/2002 ficam devidamente arquivados junto da mesma nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal).

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para apresentação da proposta, disse que ela, aquando da sua primeira apreciação pela Câmara, tinha sido objecto de algumas sugestões, pequenas alterações de pormenor, que foram tidas em conta e consequentemente incorporadas.

----- Disse, depois, que estavam perante uma proposta de uma entidade que era uma aposta de todos os cidadãos da cidade, uma cidade grande, e isto fazia parte de uma fase de crescimento. Crescimento não da cidade em si, do seu espaço físico, mas no crescimento da forma sustentável de gestão da cidade e da forma de participação e de envolvimento responsável dos cidadãos.

----- Tratava-se de um Conselho Participativo – o nome era sugestivo nessa matéria – portanto um órgão que poderia dar conselhos sem se substituir a nenhum órgão democraticamente eleito e responsável, como sejam a Câmara, a Assembleia e as Juntas de Freguesia.

----- Portanto, era meramente um Conselho Participativo com o objectivo de poder contribuir para o aprofundamento do conhecimento da cidade nas diversas vertentes, como, aliás, era apresentado no artigo 2º dos Estatutos.

----- Por outro lado, a composição era bastante alargada. Diria que tinham que ser suficientemente flexíveis, não ser dogmáticos, e a proposta apresentada deveria ser encarada como a melhor proposta que hoje se podia apresentar, sem prejuízo que amanhã pudesse ser merecedora de alguma correcção, se fosse caso disso.

----- Disse, ainda, que com esta proposta o que se pretendia era dotar a cidade de um fórum alargado de representatividade municipal, e de cidadãos genericamente da dita sociedade civil, que incluam um número alargado de entidades não governamentais e de associações de cidadãos, para que, além da participação já hoje prevista nas sessões dos órgãos da Autarquia, pudesse haver uma consagração mais apoiada do próprio Município para enraizar, na medida do possível, essa participação. -----

----- Esta forma estava em certa medida fundamentada na Conferência do Rio e na Agenda Local XXI e era nessa perspectiva que a proposta era apresentada. Era, fundamentalmente, uma consequência do seguimento das propostas da Agenda Local XXI, que tinha a ver com todos os aspectos relativos à vida da cidade, não exclusivamente do Plano Director Municipal ou de outros instrumentos de ordenamento, mas, tal como se referia, todas as matérias que fossem passíveis de suscitar interesse comum, seriam, obviamente, sujeitas à discussão e reflexão desse fórum. -----

----- Era uma aposta no sentido de um alargamento tão grande e tão desejável quanto possível à sociedade dita civil, obviamente em entrosamento com os órgãos municipais democraticamente constituídos, o que lhe parecia ser uma oportunidade e um desafio para consolidar essa forma de participação de cidadãos na vida da cidade. -----

----- Terminou dizendo que, sumariamente, era esse o objectivo da constituição Conselho Participativo que hoje estava em discussão, e que não era o único no conjunto das cidades, não só europeias como de outros países fora da Europa, que deram seguimento e bom acolhimento às sugestões da Conferência do Rio. -----

----- **O Senhor Presidente** procedeu à leitura de uma proposta entretanto apresentada na Mesa, com o seguinte teor: -----

----- PROPOSTA -----

----- “Considerando que a proposta n.º 541/2002 levanta sérias reservas quanto aos objectivos propostos, dada a forma como foi elaborada pela Câmara, facto que aconselha que se proceda à sua reformulação, propõe-se que baixe, para apreciação, a uma Comissão Eventual a criar pela Assembleia Municipal, a fim de ser emitido Parecer.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Feliciano David e Martinho Baptista, do PCP, Dias Baptista, do PS, José Luís Ferreira, do PEV, e Pedro Soares, do BE.) -----

----- **O Deputado Municipal Francisco Oliveira (PSD)**, no uso da palavra, depois de felicitar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal pela sua eleição, disse que como Presidente da Comissão Permanente de Ambiente, Qualidade de Vida e Turismo, mas essencialmente como Deputado Municipal, as suas primeiras palavras iam no sentido de se congratular pela coragem do Executivo ao apresentar uma proposta como a que estava em apreciação. E dizia coragem porque todos gostavam de falar em ambiente e qualidade de vida, mas poucos tinham coragem para levar isso à prática. Este trabalho certamente não nasceu de um dia para o outro, era produto de um tema muito bem debatido que levou alguma dedicação para o consumir. -----

----- Este trabalho, que leu detalhadamente, caracterizava-se, na sua perspectiva, pela criação dum Conselho Consultivo há muito desejado e até hoje nunca conseguido por nenhum outro Executivo, objectivo que inclusive havia sido alvo de moções apresentadas na Assembleia Municipal. -----

----- A proposta referia-se à criação de um Conselho Consultivo, de parceria social conforme referido pelo Sr. Vice-Presidente, um organismo institucional e não político, onde podiam todos intervir, nomeadamente Deputados Municipais, Presidentes de Junta e convidados vários, peritos ou não, sobre as matérias mais diversas relacionadas com a cidade, que de certeza iriam enriquecer as conclusões dos trabalhos dessa mesma Comissão. -----

----- Sublinhou que era a concretização de uma promessa feita pelo Sr. Vice-Presidente, que em sede de Comissão Permanente de Ambiente, Qualidade de Vida e Turismo, em reunião realizada no dia 8 de Maio de 2002, realçara a criação de um órgão consultivo que correspondesse, no essencial, ao Conselho Consultivo da Agenda Local XXI. De certeza que os Deputados Municipais ainda se lembravam da Cimeira do Rio, onde foi aprovado por todos a necessidade da criação, em cada Estado, da Agenda Local XXI, que, como também era do conhecimento de todos, visava a criação de mecanismos de desenvolvimento sustentável por forma a que o crescimento de hoje não pusesse em perigo as possibilidades de crescimento de futuras gerações. -----

----- Em suma, pessoalmente preocupava-se com o futuro e esperava que todos os Deputados Municipais também se preocupassem com isso. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que esta proposta vinha no seguimento de uma proposta que a Assembleia Municipal aprovara há cerca de um ano, aquando do debate sobre o Plano de Actividades e Orçamento para 2002, sobre o orçamento participativo da cidade e sobre o fórum da cidade de acordo com a Agenda Local XXI. Curiosamente, nessa altura, quando o Bloco de Esquerda apresentara essa proposta, o Sr. Presidente da Câmara referira que era a favor da descentralização, que nomeadamente tinha falado com o Sr. Primeiro-Ministro solicitando-lhe que fossem descentralizados poderes do Poder Central para o Poder Local e que, portanto, estaria também de acordo que houvesse descentralização do Poder Local para os cidadãos. Aliás, adiantara – estava em acta – que se estivesse do lado dos Deputados Municipais votaria a favor dessa proposta. -----

----- Bom, demorou um ano até aparecer uma proposta, mas finalmente chegara essa proposta. Só que ela misturava dois conceitos relativos a dois problemas na cidade: o problema da Agenda Local XXI, ou seja, do Plano Estratégico da cidade, do debate da qualidade de vida dos cidadãos em termos geográficos e de desenvolvimento da cidadania na cidade, e um segundo problema que era o orçamento participativo. Esses dois problemas foram tratados no Cimeira do Rio e ambos já experimentados em Porto Alegre, ainda hoje com acções concretas no terreno. -----

----- Recordou que já ali disse que tinham procurado estudar estes casos concretos, mas sem misturar duas coisas que não eram misturáveis, porque uma coisa era tratar do orçamento participativo – as duas alíneas da proposta aprovada pela Assembleia há

cerca de um ano – e outra coisa era o fórum da cidade, aprovado também na terceira alínea dessa mesma proposta. Aliás, era tão claro que tinha que ser assim, que no artigo 3º dos Estatutos se referia que o Conselho podia dar opiniões sobre tudo excepto sobre o Orçamento, o que era normal porque lhes parecia que o fórum da cidade não devia dar opiniões sobre o Orçamento. -----

----- Mas, então, que não lhes chamassem Conselho Participativo, porque senão não sabia o que iam fazer ao orçamento participativo que ali tinha sido aprovado com o apoio do Sr. Presidente da Câmara. Seria que não ia haver orçamento participativo? Ou seria que se pretendia com isto matar dois coelhos numa cajadada e não iria haver nada porque ficava tudo de tal maneira misturado que era tudo e não era nada? -----

----- Acrescentou que não estava a pôr em causa a intenção de quem escreveu e como escreveu, mas estava a pôr em causa os dados objectivos do que era proposto, e, nesse aspecto, entendia que o melhor seria que estudassem o que existia, porque já existiam experiências nesse sentido. Não eram completamente inovadores! -----

----- Portanto, a opinião do Bloco era que se o que se propunha pretendia corresponder ao sentido positivo que a Assembleia teve há um ano, então teriam que meter mãos à obra e, em conjunto, procurar encontrar a forma de tratar o problema com toda a realidade. -----

----- Partiam então do princípio que estavam a tratar numa proposta que não era do orçamento participativo, portanto retiravam-lhe esse nome porque estavam a misturar duas coisas, e passavam a dizer, como aliás o Sr. Vice-Presidente disse, e bem, que se tratava do fórum da cidade, que era a expressão usada na Agenda Local XXI, sobre encontrar inteligências, intelectos e experiências que debatessem os planos estratégicos e as visões estratégicas do futuro para a qualidade de vida de uma cidade. -

----- E, se era esse o ponto de vista, tratava-se agora de ver como era que isso podia funcionar. Pessoalmente entendia que havia ali um conjunto de questões duvidosas. ---

----- Por exemplo, das experiências que estudara, e até porque o Bloco de Esquerda, há cerca de 15 dias, realizara um debate sobre esses problemas, debatendo e visionando, inclusive, vídeos de Porto Alegre sobre as experiências concretas dessa cidade, não entendia a razão porque neste fórum da cidade para o plano estratégico iam pôr todos os Presidentes de Junta de Freguesia. É que daqui a pouco tinham lá toda a Assembleia Municipal! Não propunham que se duplicasse nenhum órgão, mas sim que se fossem buscar opiniões, sensibilidades, que se vissem estudos das pessoas que debatiam e que estudavam os problemas sérios do futuro das grandes cidades, em termos de estratégia de desenvolvimento. Ou seja, ouvir urbanistas, arquitectos, arqueólogos, engenheiros de ambiente, sociólogos, etc., era o que precisavam para ficarem a saber opiniões, e depois os Deputados Municipais, como políticos, decidirem qual o caminho que seria melhor. -----

----- Este, disse, era o sentido que podia ter o fórum da cidade. Não podia ser outro porque senão baralhavam os dados. -----

----- Um outro problema, era que não estava claro na proposta – apesar de pessoalmente saber porque se foi informar qual era o sentido dela – quem fazia parte do chamado Conselho Participativo da Cidade de Lisboa. É que, pelo que constava da

proposta, poderia entender-se que das pessoas todas que se inscreviam para participar: instituições, associações, etc., no tal prazo de 30 dias depois do anúncio do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Presidente da Câmara é que iria decidir quem escolhia dessas pessoas. Disseram-lhe os autores do documento que não era essa a intenção e que não era isso que se queria dizer: tudo bem, óptimo, mas então era preciso que ficasse claro, porque lei é lei e no futuro não interessava apenas a intenção do legislador mas sim o que estava escrito. Portanto, tinha que ficar esclarecido e escrito isso. -----

----- Disse, ainda, que em conjunto com os líderes de outros Grupos Municipais, entendiam que a proposta da Câmara não devia ser rejeitada, não devia ser aprovada, mas sim debatida e trabalhada com seriedade para que se conseguisse atingir os objectivos a que se propuseram, por unanimidade. E, por isso, propunham que, em conjunto com a Câmara, numa Comissão da Assembleia Municipal, passassem a tratar do assunto, já que a Câmara lhes apresentara uma proposta sem que antes ela tivesse vindo institucionalmente à Assembleia para que ela, em conjunto, pudesse ter participado. -----

----- Se era esse o sentido, entendia que iam no sentido positivo para encontrar os pontos de encontro e de colaboração para melhorar a qualidade da cidade ao nível dum fórum, e também a participação da cidadania que era um factor central para a cidade ter futuro. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, disse que “Os Verdes” viam com bons olhos a intenção da Câmara Municipal de Lisboa de procurar dar cumprimento a umas das decisões ou compromissos saídos da Cimeira do Rio/92, que tinha a ver com a Agenda Local XXI. -----

----- Com essa Agenda, pelo menos no espírito da Cimeira do Rio, pretendia criar-se condições para a participação dos cidadãos e das suas organizações, no que dizia respeito à definição de estratégias e acções com vista a um desejável desenvolvimento sustentável. -----

----- Ora, nessa perspectiva, procurar formas de promover a participação dos cidadãos na vida pública da cidade, “Os Verdes” consideravam de toda a pertinência e oportunidade a criação do Conselho Participativo. No entanto, tinham dúvidas sobre o modelo encontrado pela Câmara Municipal: dúvidas quanto ao número de membros, porque seguramente dificultaria a participação. Se quase 100 membros eram institucionais ou nomeados, se os restantes, que eram os que interessavam porque eram os verdadeiros destinatários da proposta, fossem pelo menos tantos quanto os institucionais e nomeados teriam um plenário que, no mínimo, teria 200 membros. Ora, isso significava que os cidadãos em vez de participarem iam, sobretudo, ouvir. ---

----- Por outro lado, tinham dúvidas também sobre o objecto e o âmbito do Conselho muito alargado, porque podia provocar uma dispersão no que dizia respeito à análise dos assuntos vários que seguramente iria abordar, como tinham igualmente dúvidas sobre o peso do Presidente da Câmara, que presidia ao plenário, nomeava 10 membros do plenário e nomeava o membro que iria presidir à Comissão Executiva. -----

----- Sabiam que não era fácil encontrar a solução para fomentar a participação dos cidadãos na vida da cidade, achavam, no entanto, que se devia envolver a Assembleia, através de uma Comissão Eventual criada para o efeito, para que em conjunto, Câmara e Assembleia Municipal, procurassem a solução que permitisse efectivamente uma participação dos cidadãos e das suas organizações na vida da cidade. Com uma Comissão que pudesse dar parecer sobre a eventual eficácia e operacionalidade do Conselho Participativo, nos termos propostos, estavam em crer que todos ficariam a ganhar. -----

----- Terminou dizendo que a proposta de baixa à Comissão era consensual, preferiam que ela tivesse uma data para que não ficasse protelada mas não houve consenso quanto a isso, pelo que o Sr. Presidente certamente indicaria depois um prazo que considerasse razoável para a Comissão Eventual apresentar o Parecer. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra leu o documento que a seguir se transcreve: -----

----- “O PCP defende, e sempre defendeu desde a sua criação, a participação dos cidadãos e das suas organizações representativas em todas as questões que interessam às populações. Isto é bem conhecido porque há muitas décadas defende esses princípios. -----

----- Por isso nada tem a opor, pelo contrário aplaude os princípios que presidiram à formulação desta proposta, porque eles inscrevem-se na Conferência do Rio e estão exactamente no preâmbulo da proposta e na Agenda Local XXI. Não é contra isso que nós estamos, pelo contrário estamos a favor e de tal forma que a anterior coligação de esquerda, de acordo com os seus princípios, sempre defendeu essa via e esta Assembleia Municipal trilhou esse caminho quando inscreveu no seu Regimento os debates participativos dos cidadãos. Fizemos aqui excelentes debates, em que ouvimos de certo modo a sociedade civil. -----

----- Da mesma forma a Câmara Municipal, o Executivo de esquerda, criou conselhos municipais, a partir de 1993, extremamente importantes e que, se nem todos funcionaram bem, alguns deles tiveram já um papel muito importante. Mas atenção, eram conselhos municipais com efectiva participação da sociedade civil e vou-lhes só referir dois: -----

----- O Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, que tem cerca de vinte membros e só dois é que são autarcas, um representante da Câmara e um representante da Assembleia Municipal, tem um máximo de três cidadãos com reconhecida competência e os restantes são organizações representativas da sociedade civil. -----

----- O mesmo acontece com o Conselho Municipal das Minorias Étnicas, só com dois autarcas, um representante da Câmara e outro da Assembleia Municipal. As organizações da sociedade civil são doze no máximo e o Conselho constitui-se por 26 elementos. -----

----- Isto para significar que é fundamentalmente a sociedade civil que está neles, porque a sua função é ouvir as associações representativas da cidade, que são

estruturas em número reduzido e que as suas organizações estão logo bem definidas. Há critérios. -----

----- O que acontece é que o Sr. Presidente da Câmara, no seu programa de candidatura, disse que iria refundir alguns destes conselhos, nomeadamente o Conselho Municipal de Juventude, e queria criar um Conselho Consultivo de Cultura e Artes. Não criou nenhum até agora, que eu saiba. Veio criar este Conselho, e muito bem, poderia criá-lo e nós apoiaríamos se ele efectivamente cumprisse e estivesse na linha da Agenda Local XXI. -----

----- Ouvi o Sr. Vice-Presidente dizer que aposta nos cidadãos, mas eu tenho dúvidas pela forma como está constituído. Não se substitui às funções da Assembleia Municipal, naturalmente que não, mas pode configurar alguma duplicação. Dota a cidade de um fórum alargado? Deveria dotar a cidade de um fórum alargado. -----

----- O que é que nós contestamos neste Conselho? Ele visa ser um órgão de consulta do Município junto da sociedade civil e, no fundo, o que assistimos é ser composto por 71 autarcas, ou seja, todos os autarcas da Câmara Municipal, que são 17, mais a maioria dos membros desta Assembleia, que são os Presidentes de Junta e o Presidente da Assembleia, além de mais 10 cidadãos de reconhecida competência, e temos aqui cerca de uma centena. Então, os representantes da sociedade civil, onde é que eles estão? Diz-se que eles se propõem e depois o Sr. Vice-Presidente da Câmara diz quem são, mas teríamos um órgão de uma centena de componentes, o que é muito pouco operacional e dificilmente eficaz. -----

----- Portanto, isto tem que ser tudo repensado, não estamos contra estes órgãos e muito menos contra os seus princípios, mas há muitas entidades que deverão estar aqui, como acontece nalguns conselhos municipais em determinadas áreas, por exemplo na área do ambiente. Devem ser as próprias associações representativas a definir os seus representantes. Isto é muito mais democrático, como acontece no Conselho de Opinião da RTP e da RDP. -----

----- É essa indefinição que me parece extremamente grave e que pode conduzir a situações que nós não podemos nem devemos aceitar. Não estão em causa as intenções, poderão ser boas ou más, acredito que sejam boas, mas em termos institucionais não tenhamos dúvidas que isto tem que ser refundido, tem que ser repensado. Esta proposta, que pode ser uma oportunidade como disse o Sr. Vice-Presidente, também pode ser uma oportunidade perdida porque pode perverter todo o objectivo que se pretende. -----

----- Em suma, este Conselho Consultivo constitui um arremedo de um órgão participativo da sociedade civil tal como está, e pode configurar uma duplicação da Assembleia Municipal, não em termos legislativos, mas pode, eventualmente, ser um instrumento dócil de apoio à política do Executivo camarário se o seu regulamento for aprovado. -----

----- Eu não ponho a suspeição no Sr. Presidente da Câmara, mas suponha-se que ele perde as eleições, e acredito que sim, e daqui a quatro anos vem outro Presidente da Câmara, ele também poderia instrumentalizar esse órgão se fosse este regulamento. Portanto é a questão dos princípios que está em causa. -----



----- Termino reafirmando a clara oposição do PCP a esta proposta, pois se ela não for alterada nasce um conselho coxo devido a má formação congénita, desvirtuando e até podendo perverter os princípios da democracia representativa. Por isso propomos, tal como outras forças políticas, que a proposta baixe a uma Comissão Eventual, a criar, para esta emitir parecer. Porquê uma Comissão Eventual? Porque o âmbito de competências desta Comissão não creio que se compatibilize com qualquer das Comissões Permanentes já constituídas e parece muito mais adequado que se constitua uma Comissão Eventual para estudar este problema.” -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, depois de referir que o essencial sobre a matéria já tinha sido dito pelos diversos oradores que o antecederam, saudou a apresentação da proposta por parte da Câmara Municipal, porque entendia ser justo e uma obrigação. No entender do PS a proposta, nos seus fundamentos, era pertinente, tinha interesse e era útil para o Município, designadamente para uma maior participação dos cidadãos. Portanto o mérito era indiscutível e não queriam de modo algum postergar essa postura, porque a forma de estar do PS sempre tinha sido a de criticar quando era de criticar, mas também realçar quando era de realçar. -----

----- No entanto, a sua bancada revia-se nalgumas das críticas já apresentadas, por serem pertinentes e por entender que sendo uma boa ideia não estava bem transposta para a proposta apresentada à Assembleia, e, nesse sentido, entendiam que se poderia, em sede de Comissão Permanente, ou Eventual a criar, burilar e melhorar bastante o trabalho apresentado. -----

----- Uma das questões que importaria ter em consideração era a representatividade, a forma como se conseguia a importante e fundamental relação com a sociedade, que era manifestamente uma questão obrigatória e sobre a qual deveria haver sempre consciência de que era necessário encontrar os meios e mecanismos que permitissem esse diálogo, parecendo-lhes que, sob esse ponto de vista, a solução apresentada não estava bem conseguida, podendo ser burilada e melhorada. -----

----- Por outro lado, o PS tinha algumas dúvidas no tocante à representatividade dos órgãos autárquicos, porque tendo presente que o Conselho tinha por objectivo fundamental acompanhar a actividade municipal. Era, no fundo, um Conselho Consultivo do Sr. Presidente da Câmara e dos órgãos municipais, mas fundamentalmente do Executivo municipal. Essa uma questão indissociável. De qualquer das formas, a própria representação da Assembleia Municipal podia e devia ser vista de uma forma diferente, há alguma discrepância sobre a forma como era tratado este órgão, por exemplo se aquilatasse do tratamento que era dado, justamente, aos Presidentes de Juntas de Freguesia. Havia ali uma manifesta distorção naquilo que respeitava à representatividade e que era uma matéria sobre a qual merecia a pena ponderar, já que manifestamente essa era uma das áreas em que a opção feita era infeliz e incorrecta, sobre a qual merecia a pena trabalhar e aprofundar. -----

----- Portanto, tendo como pano de fundo que esta era uma proposta que queriam que fosse aprovada, mas que tal e qual estava não tinha condições para ser aprovada, aquilo que fizeram ao subscrever juntamente com outros Deputados Municipais a

proposta da baixa da proposta da Câmara a uma Comissão Eventual. Nesta altura havia um movimento de alguns colegas Deputados Municipais, designadamente do PSD, no sentido de que não fosse criada uma Comissão Eventual específica para tratar do assunto, mas que se pudesse pedir isso a várias comissões. -----

----- E, a propósito, desejava realçar, por ser sensível a essa matéria, um facto que devia merecer alguma atenção. É que não podiam, sistematicamente, sempre que aparecia uma nova situação, criar uma comissão eventual, porque isso significa estar a desrespeitar o trabalho permanente daquelas que eram as Comissões Permanentes. Devia haver algum cuidado em relação a essa matéria, era sensível a esse argumento, até porque era um argumento importante e, fundamentalmente, correcto e verdadeiro.

----- Portanto, parecia-lhe que valia a pena ponderar, inclusivamente antes de se votar a proposta da qual era co-subscritor. Estaria neste momento muito mais propenso a que a baixa fosse a várias Comissões, já que existiam várias comissões que podiam e deviam analisar esta problemática. Por exemplo, por que razão iam deixar de parte a 1ª Comissão, ou a 2ª, ou a 3ª? Por que razão se iria continuar sistematicamente a desvalorizar as Comissões Permanentes. -----

----- Referiu que era necessário algum cuidado sobre essa matéria, eventualmente o trabalho mais importante que fizeram na Assembleia Municipal foi o trabalho das Comissões, já que eram elas que tinham o acompanhamento mais profundo, que se debruçavam com mais cuidado e que estudavam mais em pormenor cada um dos temas e cada um dos *dossiers*, e este era manifestamente um caso onde se justificava que as diversas Comissões pudessem trabalhar sobre a mesma matéria, com a vantagem acrescida de proporcionar que um maior número de Deputados Municipais pudessem acompanhar a problemática. Também aí, do ponto de vista da participação e da envolvimento, haveria um ganho de causa. -----

----- A terminar, propôs que, antes da votação da proposta, houvesse pelo menos cinco minutos de reflexão para ponderarem a posição, porque pelo menos a bancada do PS queria reflectir sobre essa matéria. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, começou por se congratular com a proposta, como, aliás, já o fizera outro Deputado Municipal da sua bancada, na medida em que ela visava repor de alguma forma aquilo que já foi intenção da Câmara e da Assembleia Municipal, embora com outra configuração, e que abruptamente foi aniquilada de uma forma até bastante desagradável, no mandato anterior. Referia-se à Provedoria do Ambiente, que foi criada no tempo do mandato do Dr. Jorge Sampaio, que exerceu as suas funções de forma que todos conseguiram acompanhar, mas que depois, de forma abrupta e um bocado indigna até, foi pelo anterior Presidente da Câmara perfeitamente anulada e terminada de forma perfeitamente agressiva em relação ao anterior titular do cargo, o Prof. Costa Lobo. Portanto, a Provedoria do Ambiente já tinha de alguma forma estas competências, embora fosse uma situação uninominal. -----

----- Pessoalmente estava convencido que esta proposta podia ser melhorada, mas ficavam-lhe algumas dúvidas de que as intenções de melhoramento não fossem intenções de travamento, intenções de marcha lenta, porque estava habituado,

nomeadamente por parte da bancada do Partido Socialista, a marchas lentas, a coisas para travar e não para avançar. -----

----- E, de facto, era fundamental que esta iniciativa da Câmara tivesse um consenso alargado, que tivesse capacidade para rapidamente se implementar no terreno e que pudesse, de uma vez por todas, ser um instrumento útil à gestão municipal e providenciar o desenvolvimento e a capacidade de poder estar e da qualidade de vida dos cidadãos de Lisboa. -----

----- Disse, depois, que alguns dos argumentos utilizados não lhe pareceram os mais lógicos. Da parte do Deputado Municipal Carlos Marques, parecia que ele queria que a Câmara tivesse uma consultadoria em *out sourcing*, uns *expert* em várias matérias que seriam consultados e opinariam sobre aquilo que seriam as melhores práticas para o trabalho da Câmara, talvez como consultores especializados nas várias áreas que pudessem interessar à Cidade. Mas pensava que não seria essa a intenção! -----

----- Por outro lado, foi referido haver muita representatividade autárquica no Conselho, nomeadamente no seu fórum. Mas não lhes interessaria que os agentes autárquicos, concretamente o Executivo e os Presidentes das Juntas de Freguesia, integrassem esse Conselho? Era sempre ali lembrado e apelado no sentido de estarem mais próximos das populações e poderem mais proximamente garantir um melhor exercício a essas populações, poderem transportar as preocupações, de cá para lá como de lá para cá! Não era isso que todos os dias ali era referido? E esses representantes do Poder Autárquico não iriam estar nesse Plenário? Não iriam estar representados os vários executivos que trabalham para a Cidade de Lisboa? -----

----- Além disso, existia um conjunto enorme de entidades que podiam estar representadas no plenário e que, seria essa a intenção da Câmara, cobririam o leque das entidades que pudessem estar interessadas e participar activamente, em termos opinativos, na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. -----

----- De qualquer forma, aquilo que foi proposto pela maioria da Assembleia Municipal naturalmente iria fazer fé, pelo que pedia, como fez o Deputado Municipal Dias Baptista, que não se criasse uma Comissão Eventual porque não saberiam daqui a quanto tempo estaria o assunto debatido, que depois seria rebatido e voltado a rebater. Talvez a ideia apresentada de várias Comissões que pudessem ter alguma capacidade de intervenção nessa área e que rapidamente pudessem analisar a questão.

----- Por fim, disse estar convencido que a ideia era excelente e que o clausulado respondia de forma bastante efectiva às necessidades e aos objectivos que estiveram subjacentes à ideia, mas, como em tudo na vida, era possível melhorar e a Assembleia Municipal teria que ter um papel interventor naquilo que eram as melhores soluções para a Cidade de Lisboa, mas agindo rápida e eficazmente para que a medida pudesse ser implementada o mais depressa possível. -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Marques (PCP)**, no uso da palavra, depois de felicitar o Sr. Presidente da Assembleia pela sua eleição, disse que o Conselho Consultivo era um processo renovado de gestão autárquica, que englobava um movimento de vários municípios em vários países. Em Itália já englobava 150 cidades, no Brasil 180, além de vários Estados e, portanto, era uma maneira de

conceber a democracia, de complementar a democracia representativa a que estamos habituados com outro tipo de democracia mais participativa, que lhe desse mais sentido e mais apropriação pelo cidadão. No fim de contas, a concretização daquilo que no Fórum Social Mundial se defende, que um outro mundo é possível e está em construção. -----

----- Concordou que, neste caso, uma coisa seria o fórum da cidade, outra coisa seria o orçamento participativo. O orçamento participativo era uma discussão anual do plano de actividades e do orçamento da cidade, que por sua vez teria que englobar num outro movimento os planos directores municipais, que eram planos plurianuais. Ambos os instrumentos deviam ser amplamente participados, não simplesmente abertos à discussão pública, mas com o envolvimento da população em todo o seu andamento. -----

----- Disse que no caso pioneiro de Porto Alegre, se começou pela discussão pública do orçamento e do plano de actividades anual, e depois, com o desenvolvimento das actividades, viram-se na necessidade de discutir os planos plurianuais. Em Lisboa já existiam planos plurianuais, portanto, aqui, parceria por um movimento diferente. -----

----- Também no caso concreto das experiências já feitas, a discussão passou-se, por um lado, a nível de regiões que lá foram criadas, em Lisboa já tinham as freguesias, se bem que elas, originalmente, não tivessem sido criadas com o sentido de gestão autárquica de proximidade e descentralizada. Mas, no fim de contas, a maior parte do seu orçamento acabava por ser devido à pressão e necessidade sentida pela população. Portanto, era alguma coisa em relação à qual já existia alguma experiência e estavam avançados. -----

----- Por outro lado, a questão do orçamento participativo desenvolveu-se em 16 temas diferentes, quer a nível de obras, habitação, estradas, saneamento, quer a nível de aspectos sociais, de educação e assistência social, quer ainda de desenvolvimento de questões do ambiente, de economia, de apoio à sustentabilidade económica das populações. Assim, faria sentido discutir-se o assunto nas várias Comissões da Assembleia Municipal. -----

----- Continuando, disse que no Brasil o orçamento participativo foi uma conquista da população e das suas organizações, não foi uma iniciativa autárquica, se bem que a autarquia tenha tido um papel importante na sua promoção e apoio. Depois a Assembleia da Prefeitura teve que definir o quadro legislativo para que todo o processo tivesse uma base legal e era isso que a Assembleia Municipal de Lisboa também teria que fazer. Estudar a forma como um processo desta natureza se desenvolvia, quais as regras legais para que isso pudesse existir e, principalmente, quais as regras legais de diálogo entre as organizações e assembleias da população com a própria Autarquia. -----

----- Era claro que o orçamento participativo não seria nada que amarrasse a Autarquia, porquanto era uma proposta feita pela população que depois a Assembleia Municipal discutia, alterava e corrigia. Normalmente andava à volta de 5% de correcções ou alterações introduzidas e era nessa base que o Executivo depois aplicaria no ano seguinte. As assembleias da população, por sua vez, elegiam os seus

delegados que iriam acompanhar a execucao, o que criava um envolvimento e uma relacao completamente diferentes. -----

----- Isso punha tambem a questao das receitas. Em Porto Alegre comecaram com 3% do orcamento da cidade em que a populacao tinha capacidade de decidir, foram crescendo as verbas e ultimamente a populacao ja discutia 30% do orcamento da cidade. Mas era obvio que a cidade tinha sempre despesas fixas que ficam fora dessa discussao. -----

----- Referiu que de inicio, quando as pessoas tinham uma pequena margem e pouco retorno das suas decisoes havia pouco entusiasmo, mas esse entusiasmo foi crescendo com a capacidade de decidir e de ver concretizado aquilo que eles pensavam que era importante, sendo que actualmente em Porto Alegre, uma cidade com cerca do dobro da dimensao de Lisboa, todos os anos 20.000 pessoas se reuniam e acompanhavam o processo de participacao, um processo que atingia outra dimensao. Portanto, era importante na Assembleia Municipal de Lisboa fossem pensadas todas as regras do seu funcionamento. -----

----- No entanto, no orcamento participativo, a assembleia da populacao, anualmente, discutia as regras em que ia funcionar, portanto era um processo sempre dinamico. As 180 cidades brasileiras, cada uma tinha as suas regras de funcionamento, portanto era uma experiencia sempre renovada e criativa. Em Portugal, com uma realidade diferente, a experiencia teria que passar por outras fases, mas eram grandes as possibilidades de discussao. -----

----- Outra coisa interessante no processo, era que havia uma aproximacao politica entre varios agentes. As pessoas, ao encontrarem-se para discutirem problemas concretos, tinham tendencia para uma maior aproximacao, e aquela posicao habitual de opoicoes que destroem ou que criticam poderes que faziam tudo, desaparecia e permitia uma oposicao mais construtiva, o que era um aspecto importante. -----

----- Mas era evidente que essa discussao implicava tambem a questao das freguesias, uma vez que a legislacao sobre as freguesias precisava de alguma adaptacao, nao so por causa da sua dimensao, como tambem do seu relacionamento com o Municipio, que punha alguns problemas e, portanto, anualmente era desgastante a negociacao de protocolos e isso seria um aspecto a ser posto depois com o andamento do processo. ---

----- Disse, depois, que mais interessante ainda, dentro do plano de propostas e de gestao, era tratar-se de uma gestao por multiprioridades, em que a populacao definia nao so os criterios e os seus projectos, mas tambem definia criterios de pontuacao das varias iniciativas. Cada regio definia tambem a sua serie de prioridades, se o mais importante era a habitacao, ou a educacao, ou a saude, ou qualquer outro tema, depois isso ia para o monte comum da cidade e o dinheiro seria distribuido de acordo com os criterios, com uma grande transparencia e capacidade das pessoas verem os criterios pelos quais o dinheiro era distribuido. -----

----- Continuando, disse que foi ali dita uma coisa que nao era verdade, e por isso convinha dizer que o trabalho feito pelo Pelouro do Desporto da Camara Municipal de Lisboa, foi pioneiro e pensado de certa maneira ja no sentido de introduzir alguma aprendizagem social. Ou seja, pedia-se as colectividades e aos varios intervenientes

que definissem o seu plano de actividades, que fizessem o orçamento do seu plano de actividades e era de acordo com isso que depois as verbas eram distribuídas. As pessoas sabiam concretamente porque era que o dinheiro tinha sido distribuído, sabiam também o que as outras associações e colectividades tinham recebido e porque que tinham recebido, tendo aí uma orientação para se desenvolver. -----

----- Este, como todos os projectos, era um trabalho de intervenção social, um trabalho científico que se ia aperfeiçoando. Haveria outros mecanismos a desenvolver, nomeadamente de formação dos vários agentes, porque não basta só pedir às pessoas que correspondam a um nível de desempenho superior, sendo necessário dar-lhes os meios e a formação. Portanto, essa era outra dimensão a acrescentar. -----

----- Mas não bastava conhecer as propostas e a distribuição de verbas. Era necessário depois introduzir mecanismos de avaliação da execução, bem como de correcção e de ajuda para que as pessoas conseguissem cumprir mais e melhor de acordo com os seus objectivos. Mas isso era um processo de aprendizagem social que achava importante.--

----- A terminar, disse que a discussão nas várias Comissões seria importante, porque cada Comissão tinha o seu tema, mas tratando-se de um problema novo e específico que ultrapassava, pela sua dimensão e pelos seus conceitos, a dimensão das Comissões Permanentes, faria todo o sentido existir uma Comissão que pensasse toda essa questão da participação dos cidadãos, do envolvimento dos cidadãos nas questões da cidade e, portanto, faria sentido, além da possível discussão do problema dentro de cada Comissão, que houvesse uma Comissão Eventual específica para estudar o enquadramento de todo o processo participativo, dentro do trabalho da Assembleia Municipal. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra, começou por confessar que estava um pouco atónito com a discussão, uma vez que lhe parecia que se tratava de matéria de alto regozijo. -----

----- Referiu que o Deputado Municipal Carlos Marques invocara uma Moção com um ano, e por isso queria recordar que existia uma outra Moção, aprovada pela Assembleia no ano 2000, por unanimidade, que tinha precisamente como intenção rever, de forma institucional, até tinha sido na altura uma construção difícil para se conseguir a unanimidade, para se rever a questão do quadro institucional do Provedor do Ambiente. -----

----- Aliás, quando o Deputado Municipal Feliciano David dizia que o Conselho com esta constituição podia ser instrumentalizado pelo Presidente da Câmara, perguntava que melhor instrumentalização que a anterior que foi a mudança das chaves das instalações do Provedor, quando ele passara a dar relatórios que não eram convenientes para o Executivo. Esse era o quadro que existia em 1998, sendo que formalmente ainda existia o órgão Provedor do Ambiente, se bem que esvaziado porque lhes foi mudada a fechoadura. Os Deputados Municipais que estavam no mandato anterior lembram-se com certeza do debate exaustivo que então se fez sobre essa matéria, o PCP até com uma posição de algum equilíbrio, reconhecendo se calhar algum exagero da parte do Sr. Presidente da Câmara nesse sentido, até o próprio PS, e houve uma Moção aprovada por unanimidade em Setembro de 2000. O Executivo

anterior ainda esteve mais algum tempo mas não implementara a reforma institucional do que seria a figura do Provedor do Ambiente. -----

----- Disse, depois, que leu a proposta sempre separada da questão do orçamento participativo. De facto, em matéria de competências não via isso no preâmbulo, mas via, isso sim, as questões ligadas ao ambiente urbano, ao problema da mobilidade, a Agenda Local XXI, temas debatidos universalmente em relação ao ambiente, ambiente em sentido amplo e abrangendo o ordenamento, a mobilidade, os transportes, etc., portanto, uma perspectiva integrada e moderna do conceito de ambiente e não só conservacionista, como alguns ainda pensam essa matéria. -----

----- Portanto, quando ouvira falar ali no problema do orçamento participativo ficara atónito, e, por isso, quando se falou da Moção com um ano teve que recordar a de 2000 e daí a sua primeira palavra de congratulação para o Executivo, que se calhar também ouviu a interpelação do Deputado Municipal Dias Baptista quando disse “vamos então falar com o Sr. Presidente da Câmara”, como desafiou publicamente nas últimas sessões, e bem, para que houvesse um novo Provedor do Ambiente. -----

----- Mas estava certo que a Câmara recolhera o sentido que ele próprio chegara a defender no passado, que era a Comissão de Ambiente até servir como provedoria colegial, porque sempre entendera que devia ser um órgão colegial e não nominal, para evitar a história das chaves porque assim era mais difícil mudar a fechadura a muita gente ao mesmo tempo, e nesse sentido o Executivo estava de parabéns porque apresentou uma proposta para resolver um problema que remontava a 98, com uma deliberação colegial na Assembleia em 2000. -----

----- Surgiu agora uma proposta sobre o problema da Comissão, mas tinha que ser assumido o ónus, por quem votasse maioritariamente essa proposta, de protelar uma decisão que tardava, como dizia o Deputado Municipal Dias Baptista num passado recente, mas teria que ser assumida a sua descida à respectiva Comissão para corrigir alguns pontos no aspecto da composição. -----

----- Admitia que algumas melhorias podiam ser introduzidas no aspecto constitutivo, mas de qualquer forma estava-se no bom caminho, isto é, colegialidade, um objecto alargado e claramente a separar as duas áreas, em matéria de orçamento e em matéria de qualidade de vida. -----

----- Disse, a concluir, que talvez o nome Conselho Participativo tivesse induzido em erro as pessoas, uma vez que o conteúdo não induzia a esse erro, sendo se calhar um verdadeiro conselho da qualidade de vida em Lisboa, substituindo o antigo Provedor. Era o que estava contemplado materialmente e por isso não via nenhuma razão para que não se voltasse à unanimidade que se registara no ano 2000, a menos que houvesse agora outra intenção por parte das forças que no ano 2000 votaram unanimemente a proposta. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, novamente no uso da palavra, esclareceu que o Bloco de Esquerda não tinha nada contra o conteúdo da proposta, antes pelo contrário. Aliás, na sua intervenção inicial referiu que a saudavam porque vinha no sentido positivo e estavam de acordo com isso. O que então tentara explicar foi que o título da proposta misturava dois problemas: ou seja, o nome que lhe era

dado de Conselho Participativo misturava-se com o problema do orçamento participativo. -----

----- Estavam completamente de acordo que lhe chamassem “Fórum da Cidade”, “Comissão da Qualidade da Cidade” ou qualquer outra coisa desse tipo, desde que fosse uma Comissão que recolhesse o saber e o conhecimento dos especialistas e também das pessoas que sobre a vida concreta dos cidadãos pudessem dar opiniões relativamente aos vários problemas, nomeadamente problemas estratégicos para o futuro da cidade em relação à sua qualidade de vida. -----

----- Por outro lado, para além de terem algumas dúvidas quanto à sua composição e consequentemente desejarem dar opinião sobre isso, entendiam que agora era preciso tratar da outra proposta também, a tal relativa ao orçamento participativo. -----

----- Por tudo isso, o Bloco de Esquerda era de opinião que a proposta deveria baixar a uma Comissão para que fosse emitido o respectivo Parecer. Mas apenas a uma Comissão, porque baixar a quatro Comissões seria para não fazerem nada! Aliás, cabia perguntar o que se seguiria se os quatro pareceres fossem contraditórios entre si.

----- O problema que se podia levantar era se deveria ser uma Comissão Eventual ou uma das já existentes. Na sua opinião uma Comissão Eventual seria melhor, mas se alguém entendesse que deveria ser uma das já existentes também não se oporiam, desde que fosse com o objectivo de pegar no assunto, tratá-lo rapidamente e apresentar as propostas necessárias que ajudassem a criar o consenso entre a Câmara e a Assembleia Municipal, para que se fizesse uma reforma séria nesse capítulo. E, além disso, se começasse a discutir também como resolver a questão do orçamento participativo, pelo qual esperavam há um ano. -----

----- Nesse sentido, propunha um intervalo de cinco minutos para que os líderes se reunissem para tentar um acordo quanto à questão da constituição de uma Comissão Eventual, ou não. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, disse que concordava com quase tudo o que foi dito e, portanto, tinha alguma dificuldade em fazer esta intervenção. Mas justamente por isso e por pensar que a Conferência do Rio já se realizara em 1992 – não queria dizer que estivessem com uma falta marcada em relação a tudo o que aí havia sido recomendado – embora concordando também que havia alguma urgência na aprovação desta proposta, entendia que ela deveria baixar a uma Comissão para delinear em detalhe algumas questões que ali haviam sido pertinentemente colocadas. -

----- Disse, depois, que pelo debate não lhe pareceu que houvesse grande divergência de opiniões, pelo contrário ouvira palavras de grande consenso relativamente aos princípios e à base que estava proposta, e, assim sendo, entendia que, pela importância e transversalidade que a matéria tinha, fazia todo o sentido que a Assembleia, através de uma Comissão, se pudesse debruçar sobre a matéria para que, dentro de um prazo razoável, pudesse ali apresentar as alterações que entendesse pertinentes. -----

----- Opinou que também lhe parecia complicado que esta questão tivesse que ser debatida por várias Comissões, era certo que se tratava de uma matéria que tinha a ver



com todos os assuntos da Câmara, mas com certeza haveria uma única Comissão, provavelmente de Administração, que pudesse abarcar toda a matéria da proposta. -----

----- Concluiu reiterando a sua concordância com a generalidade das observações que foram feitas, e também que continuava a entender que se tratava de um instrumento importante para uma nova forma de gestão da cidade, que não feria os princípios da democracia representativa, mas que não tinha uma urgência tal que não pudesse ser consentânea com o trabalho que resultaria de uma análise por uma Comissão da Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções, interrompeu a reunião por cinco minutos pedindo aos subscritores da proposta que tivessem em conta o tempo a conceder à Comissão para apresentação do seu trabalho para posterior apreciação pelo Plenário. -----

----- Na reabertura dos trabalhos, o **Senhor Presidente** informou que se mantinha a proposta para a criação de uma Comissão Eventual, tendo-lhe sido aditado segundo parágrafo, ficando ela com a seguinte redacção final: -----

----- PROPOSTA -----

----- “Considerando que a proposta n.º 541/2002 levanta sérias reservas quanto aos objectivos propostos, dada a forma como foi elaborada pela Câmara, facto que aconselha que se proceda à sua reformulação, propõe-se que baixe, para apreciação, a uma Comissão Eventual a criar pela Assembleia Municipal, a fim de ser emitido Parecer. -----

----- A Comissão terá de apresentar o relatório no prazo de 45 dias a contar de hoje.” -

----- Finda a leitura da proposta solicitou aos Grupos Municipais que indicassem aos Serviços de Apoio, no prazo máximo de 3 dias, os nomes dos seus representantes na aludida Comissão Eventual, que, nos termos da norma aplicada pela Assembleia Municipal na constituição das Comissões Eventuais, seria presidida pelo PSD e secretariada pelo PCP. -----

----- Dados os esclarecimentos, submeteu à votação a proposta tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV, BE e PPM, votos contra do PSD e a abstenção do CDS-PP. -----

----- Face ao resultado desta votação, foi retirada da Ordem de Trabalhos para baixar à Comissão Eventual a proposta 541/2002. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O PSD, não abastaculizando a descida da proposta a uma Comissão, defendeu a posição de que materialmente ela devia ter acolhimento numa Comissão Permanente, sob pena de desvirtuarmos o trabalho das Comissões Permanentes. -----

----- Todos os aspectos seriam instrumentais ou resolúveis no quadro das Comissões Permanentes, e penso que se sacrificou a matéria de fundo a uma parte instrumental.---

----- Por essa razão votamos contra.” -----

----- **PONTO 7 – PROPOSTA 96/2003 – APROVAR A PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO PARA AFECTAR AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, AS VIAS E ESPAÇOS VERDES PÚBLICOS, DA MALHA 25, DO PLANO DE**

**URBANIZAÇÃO DO ALTO DO LUMIAR, CONFORME DISCRIMINADO NA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO N.º 4 DO ART.º 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 96/2003 -----

----- Considerando que o prédio, identificado na planta anexa à presente proposta e que dela faz parte integrante, foi adjudicado, livre de quaisquer ónus ou encargos à Câmara Municipal de Lisboa, em sede de Processo de Expropriação; -----

----- Considerando que a propriedade se mostra registada a favor da Câmara Municipal de Lisboa, na 2.ª Conservatória do Registo Predial, conforme fotocópia que igualmente se junta; -----

----- Considerando que o prédio se destina à construção de edifícios de realojamento (PER 10) e construção de vias; -----

----- Considerando que os edifícios de realojamento já se encontram em fase de conclusão, bem como parte das vias; -----

----- Considerando que a Câmara Municipal não é a proprietária de todos os terrenos constantes da malha (artigo 50.º do Plano de Urbanização do Alto do Lumiar), e é urgente prosseguir na execução do Plano. -----

----- Temos a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64º e na alínea b) do n.º 4 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, submeter à Assembleia Municipal a proposta de deliberação para afectar ao domínio público municipal, as vias e espaços verdes públicos, estes a construir a partir da cota 117 metros, assinalados a cor laranja na planta anexa e sua legenda.” -----

----- **O Deputado Municipal David Castro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Charneca, no uso da palavra, disse que em relação a esta proposta tinha três questões que desejava que a Câmara esclarecesse, se fosse possível. -----

----- A primeira questão era se a proposta ia resolver o problema relativo à situação da firma A. J. Moreira, que ao longo do tempo se vinha gabando que não havia Câmara nenhuma que a tirasse dali. Isto tendo em conta que no registo da Conservatória se referia que a norte tinha o Largo Defensores da República e, assim sendo, estaria aí incluído o espaço ocupado pela firma A. J. Moreira. -----

----- A segunda questão era que tratando-se de um PER com 152 habitações, para realojamento, e tendo a Junta um ofício da Câmara a informar que as famílias da Freguesia da Charneca seriam realojadas em Setembro/Outubro, desejava saber quando, definitivamente, se acabaria com o realojamento da Freguesia da Charneca. É que para além deste PER com 152 habitações fechadas – e esperava que não fossem vandalizadas, até porque havia exemplos disso naquela zona – havia um outro PER, o PER 11, com 352 fogos, e realmente não sabia a razão porque não se avançava com o realojamento das mais de cem famílias que na Charneca ainda estavam por realojar. --

----- A terceira questão, esta extensiva a todos os Vereadores, era para perguntar quando respondiam aos ofícios que a sua Junta sistematicamente vinha enviando sobre problemas da freguesia. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às questões postas, disse que a proposta em questão iria, de facto, abrir a possibilidade da construção do PER 10 e, simultaneamente, iria ao encontro da resolução do problema da firma A. J. Moreira. Isso já tinha sido acordado e, portanto, era este também o sentido do desenvolvimento deste processo que já se arrastava há bastante tempo. -----

----- Sobre a questão dos realojamentos na zona disse que não estava em condições de responder, e quanto às respostas à Junta referiu que da parte do seu Gabinete não só procurava que todas as questões colocadas fossem respondidas como também que fossem respondidas em tempo útil. -----

----- **O Senhor Presidente**, dado que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação da proposta 96/2003, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- Seguidamente, deu por encerrada a reunião e com ela a Sessão Ordinária iniciada no passado dia 25 Fevereiro. -----

----- Eram 19 horas e 30 minutos. -----

----- E eu, \_\_\_\_\_, Primeira Secretária, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, \_\_\_\_\_ . ---

----- O PRESIDENTE -----